

Estudo de Caracterização  
**do Turismo no Espaço Rural  
e do Turismo de Natureza  
em Portugal**

VERSÃO RESUMIDA



# Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal

Versão resumida

Dezembro 2008

Estudo promovido: **Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural**  
Concurso Público n.º 9/2008

Financiado: **PIC LEADER+**

Realizado: **Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)**

Equipa Técnica do Estudo: **A. Oliveira das Neves (Coord.)**  
**Carlos Soares, Catarina Pereira, Fernando Honório, Filipa Ferrão,**  
**Filipa Lourenço, Inês Silva Costa e Isabel Rodrigues**

**António Rodrigues, Domingos Santos, Fernando João Moreira,**  
**José Alho, J.L. Almeida Silva e Raul Marques (Consultores)**

Concepção: **Formiga Luminosa Construtora de Imagem**

As Conclusões e Recomendações apresentadas neste Estudo são da responsabilidade de IESE, não reflectindo necessariamente as opiniões da DGADR.

Estudo de Caracterização  
**do Turismo no Espaço Rural  
e do Turismo de Natureza  
em Portugal**



**ÍNDICE**



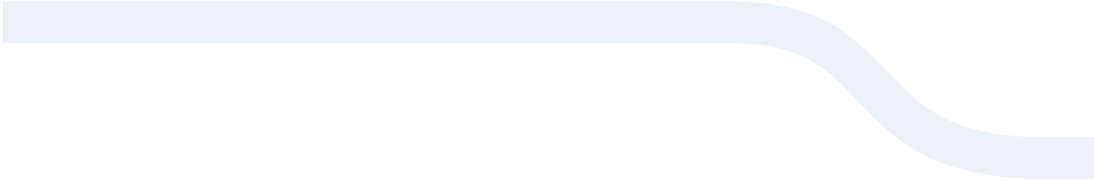
1. APRESENTAÇÃO .....	4
2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO .....	7
3. DOMÍNIOS-CHAVE DE CARACTERIZAÇÃO DO TER E TN .....	11
3.1. Caracterização da Oferta em Geral .....	12
3.2. Caracterização da Amostra do Inquérito aos Estabelecimentos TER e TN .....	15
3.3. Perfil da Oferta .....	17
3.3.1. Capacidade de Alojamento .....	17
3.3.2. Serviços, Actividades e Equipamentos oferecidos pelos estabelecimentos .....	20
3.3.3. Divulgação e Comercialização da Oferta .....	22
3.4. Caracterização da Procura .....	22
3.5. Perfil dos Hóspede .....	25
3.6. Gestão .....	28
3.7. Pessoal ao serviço .....	30
3.8. Dinâmicas de Investimento .....	34
3.9. Motivações e expectativas de futuro .....	36
3.10. Papel do PIC LEADER no desenvolvimento do TER .....	39
4. ELEMENTOS DE BALANÇO E RECOMENDAÇÕES .....	41
4.1. Visão compreensiva .....	42
4.2. Perspectivas de desenvolvimento .....	44
4.3. Actuações Recomendáveis .....	45

Estudo de Caracterização  
**do Turismo no Espaço Rural  
e do Turismo de Natureza  
em Portugal**

I.

**APRESENTAÇÃO**





Desde a década de 70, como resposta ao aumento e diversificação da procura turística, assim como a busca de soluções para o declínio e desagregação das sociedades rurais, assiste-se ao desenvolvimento do turismo e de actividades de lazer em espaço rural, constituindo-se estas como um meio privilegiado de promoção dos recursos existentes nos territórios rurais, um factor de revitalização do tecido económico e social e uma oportunidade para o desenvolvimento destes territórios.

Nesta perspectiva, na década de noventa, no quadro das novas orientações de política comunitária para o desenvolvimento rural, são criados e implementados um conjunto de medidas, enquadramentos legislativos e instrumentos financeiros que apoiam a diversificação das actividades nos territórios rurais e promovem o desenvolvimento das actividades turísticas nesses territórios.

Em Portugal, estas medidas passaram, numa primeira fase, pelo apoio à criação de respostas ao nível do alojamento turístico, com base na recuperação de edifícios com manifesto valor patrimonial e arquitectónico e, posteriormente, no apoio a um produto turístico completo e diversificado, que valorize a diversidade de recursos endógenos existentes nas zonas rurais.

O MADRP tem assumido nos últimos anos um papel activo no apoio a estas actividades, nomeadamente através do Programa LEADER e da Medida AGRIS.

Em particular, os Planos de Desenvolvimento Local enquadrados no Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (LEADER I, LEADER II e LEADER+) têm sido dinamizadores das actividades turísticas nos territórios rurais, contribuindo em grande parte para o aumento do alojamento nas zonas rurais, nas suas diversas modalidades, do desenvolvimento de infra-estruturas de animação turística e iniciativas culturais, gastronómicas e desportivas, complementares desse alojamento.

Embora os trabalhos de acompanhamento e avaliação das intervenções atrás referenciadas tenham permitido reunir e sistematizar informação sobre os projectos de turismo no espaço rural, esta não é contudo suficiente e esclarecedora sobre a aplicação destas medidas numa perspectiva do desenvolvimento sustentado deste sector. Com o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre esta área, a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, na qualidade de entidade responsável pela gestão do PIC LEADER+, promoveu um estudo de caracterização do Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo de Natureza (TN) em Portugal, nas várias modalidades que o compõem.

O estudo, ao avaliar o papel do PIC LEADER no desenvolvimento das actividades turísticas nos territórios rurais, pretende contribuir simultaneamente para apoiar a redefinição das orientações políticas e incentivos financeiros a ele dirigidos.

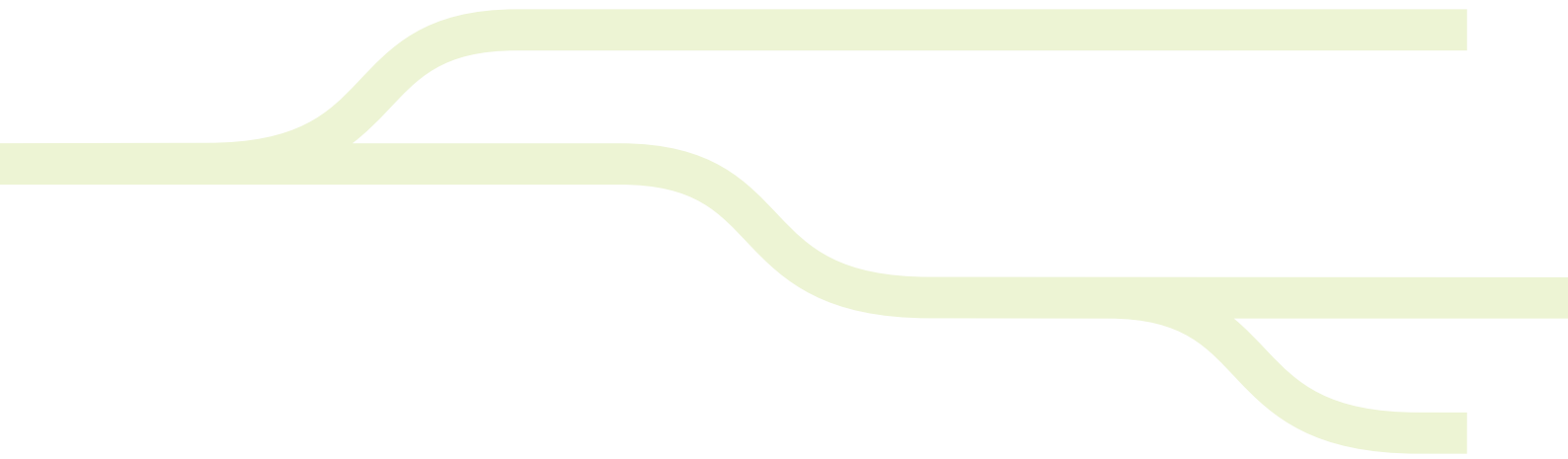
Em Abril de 2008, foi aberto um Concurso Público (n.º 9/2008) para a escolha da entidade responsável pela realização do estudo, tendo sido seleccionada a proposta apresentada pelo IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos, CRL.

A DGADR contou, enquanto parceiros, com a colaboração do Turismo de Portugal, I.P. e da Federação Minha Terra que participaram no acompanhamento da sua execução.

Os trabalhos iniciaram-se em Julho 2008 e decorreram até ao final do mês de Novembro desse ano.

Com a presente publicação pretende-se apresentar e divulgar as principais conclusões e recomendações do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo de Natureza (TN), em Portugal, contribuindo assim para o debate sobre este sector em Portugal e para a definição de estratégias adequadas ao seu desenvolvimento.

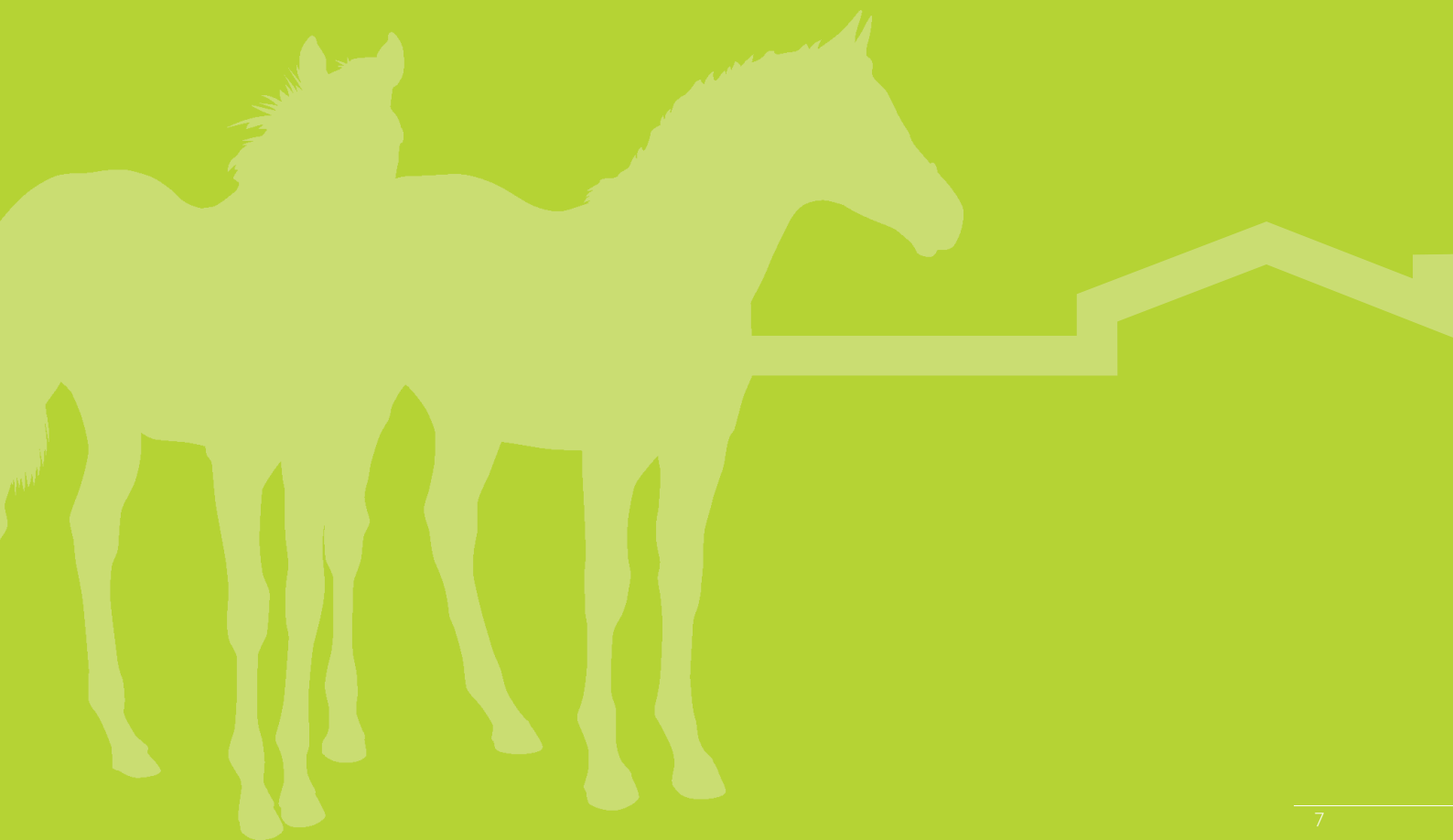
*DGADR - Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural*



Estudo de Caracterização  
**do Turismo no Espaço Rural  
e do Turismo de Natureza  
em Portugal**

2.

OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO





## 2.

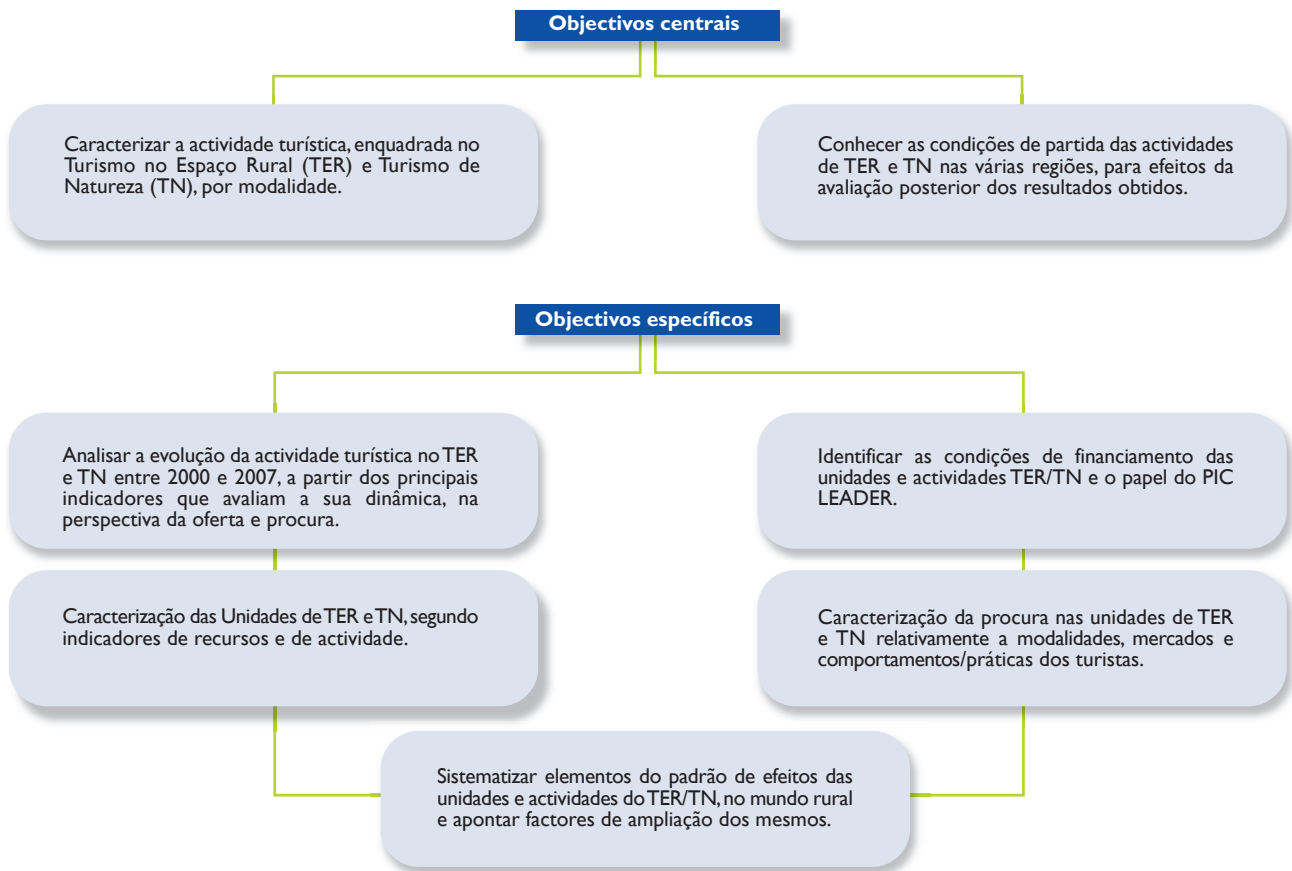
○ Estudo foi realizado numa fase caracterizada por um conjunto de tendências de evolução e de desafios que, sucintamente, se sinalizam:

- Consolidação gradual das actividades TER/TN em várias regiões, “absorvendo” positivamente o crescimento de novas “apetências turísticas”, caracterizadas pela activação das práticas de lazer e pelo desejo de aproximação à natureza.
- Renovação de segmentos importantes da rede de estabelecimentos (conservação, recuperação, abertura de novas unidades, ...), num contexto de reclassificação em curso das Unidades TER/TN e com novo regime de apoios a projectos e iniciativas (via sistemas de incentivos e outros mecanismos).
- Presença de factores de risco (para o mundo rural e a conservação da natureza) a ponderar, na óptica do reforço das condições de viabilidade técnico-económica dos estabelecimentos.

Sob este enquadramento de tendências e desafios, o Estudo teve por finalidade *proporcionar níveis de conhecimento* relativos às realidades da oferta e da procura das actividades TER/TN:

- Qualidade da rede de TER e TN, em matéria de capacidade de alojamento, de serviços prestados, de formas de organização e de comercialização adoptadas, de recursos técnicos e humanos, de competências de gestão, de dinâmicas de investimento, etc.;
- Padrões de procura dirigida aos estabelecimentos (modalidades, destinos, mercados emissores, formas de organização da viagem, perfil socioeconómico dos turistas, motivações e apreciação dos serviços prestados).

A **árvore de objectivos do Estudo** reflectiu a diversidade de variáveis observáveis na caracterização da actividade turística, enquadrada nas várias modalidades que compõem o TER/TN. O Diagrama seguinte sistematiza essa árvore de objectivos:



Esta árvore de objectivos posiciona o Estudo como um instrumento que visa contribuir, não apenas para conhecer as condições actuais da oferta e da procura destas modalidades da oferta turística, mas também para avaliar as potencialidades de qualificação dos territórios rurais de implantação das actividades TER/TN, através de estratégias e de medidas sectoriais de política, a incorporar em estratégias de desenvolvimento rural do Continente e das Regiões Autónomas.

No **plano metodológico**, o Estudo assentou na conjugação entre metodologias quantitativas e qualitativas de modo a permitir, por um lado, fundamentar a análise das variáveis-chave da oferta e procura de TER/TN (que configuram as dimensões-objectivo a estudar), e, por outro lado, traçar uma visão compreensiva do TER/TN em domínios-chave de estruturação e de valorização de mercado destas modalidades de turismo e lazer.

O universo estatístico do Estudo é composto pelos estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural, nas modalidades de Turismo de Habitação, Turismo Rural, Agro-turismo, Casas de Campo, Turismo de Aldeia, Hotel Rural e Parque de Campismo Rural, bem como pelos estabelecimentos de Turismo de Natureza, nas modalidades de Casas-Abrigo, Centros de Acolhimento e Casas-Retiro<sup>1</sup>.

Em termos quantitativos, e de acordo com as bases de dados do Turismo de Portugal e das Direcções Regionais de Turismo da Madeira e Açores, o universo de referência do Estudo é composto por 1.231 unidades.

A distribuição dos estabelecimentos TER/TN, permite ter uma percepção mais clara sobre as regiões de maior implantação e as modalidades predominantes, sendo de destacar:

- Em termos territoriais - a Região Norte alberga o maior número de estabelecimentos TER/TN e, em conjunto com a Região Centro, concentra mais de metade do Universo;
- Em termos de modalidades TER/TN - o Turismo Rural e as Casas de Campo assumem maior peso, respectivamente com 35,4 e 28,8% dos estabelecimentos, seguidas pelo Turismo de Habitação e pelo Agro-turismo.

<sup>1</sup> No caso das Unidades TER, o universo considerado corresponde às unidades classificadas pelo Turismo de Portugal até Dezembro de 2007. Em relação às Unidades TN, a data de classificação das mesmas (19 em 20 Unidades) corresponde já ao ano de 2008, face à nova classificação dos estabelecimentos por parte do Turismo de Portugal.

## Estabelecimentos do Universo TER/TN, por modalidade e NUT II

	Modalidades	Total		Região						
		Nº	%	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Madeira	Açores
<b>TER</b>	Turismo Rural	429	35,43	187	117	12	70	20	7	16
	Casa de Campo	349	28,82	90	95	-	60	7	32	65
	Turismo de Habitação	227	18,75	108	62	12	21	5	10	9
	Agro-Turismo	147	12,14	47	37	1	52	5	2	3
	Hotel Rural	41	3,38	15	10	2	11	2	1	-
	Turismo de Aldeia	9	0,74	3	3	-	2	-	-	1
	Parque de Campismo Rural	9	0,74	3	5	1	-	-	-	-
<i>Sub-total</i>		<i>1.211</i>	<i>100,00</i>	<i>453</i>	<i>329</i>	<i>28</i>	<i>216</i>	<i>39</i>	<i>52</i>	<i>94</i>
<b>TN</b>	Casa-Retiro	16	80,00	6	2	-	1	7	-	-
	Centro de Acolhimento	3	15,00	1	1	-	1	-	-	-
	Casa-Abrigo	1	5,00	1	-	-	-	-	-	-
	<i>Sub-total</i>	<i>20</i>	<i>100,00</i>	<i>8</i>	<i>3</i>	<i>-</i>	<i>2</i>	<i>7</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
	<b>Total</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>461</b>	<b>332</b>	<b>28</b>	<b>218</b>	<b>46</b>	<b>52</b>	<b>94</b>
				<b>37,4</b>	<b>27,0</b>	<b>2,3</b>	<b>17,7</b>	<b>3,7</b>	<b>4,2</b>	<b>7,6</b>

Fonte: Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A inquirição extensiva deste Universo assentou na realização de um **Inquérito aos Estabelecimentos TER/TN** cuja estrutura contemplou os seguintes grupos-chave de questões: (i) *Capacidade da Oferta*; (ii) *Caracterização da Entidade Gestora e do Gestor do Estabelecimento*; (iii) *Pessoal ao Serviço*; (iv) *Caracterização da Procura*; (v) *Evolução da capacidade turística*; e (vi) *Natureza do Investimento e Fontes de financiamento*.

Com vista a conhecer o perfil da Procura das unidades TER/TN, foi realizado, em simultâneo, um **Inquérito aos Hóspedes**, com conteúdos estruturados em torno de variáveis que permitiram recolher informação de natureza quantitativa e qualitativa: (i) *Caracterização socio-gráfica*; (ii) *Comportamentos-tipo*; e (iii) *Nível de Satisfação*, face à região e ao estabelecimento.

O Estudo contemplou, ainda, uma componente de **Entrevistas e Estudos de Caso**, que contribuiu para consolidar a riqueza da informação empírica recolhida a partir da inquirição directa, apoiando a fundamentação do Balanço e Conclusões, bem como de Actuações Recomendáveis. A selecção das entidades procurou integrar um leque diversificado de instituições, segundo a natureza das actividades que desenvolvem nos territórios TER/TN: Associações de Desenvolvimento Local e/ou Regional, Associações Sectoriais e Entidades Reguladoras de diferentes tutelas TER/TN, intervenientes privilegiados, cuja participação constitui um valor acrescentado para o Estudo.



Estudo de Caracterização  
**do Turismo no Espaço Rural  
e do Turismo de Natureza  
em Portugal**

3.

DOMÍNIOS-CHAVE DE CARACTERIZAÇÃO DO TER E TN



### 3.1. Caracterização da Oferta em Geral

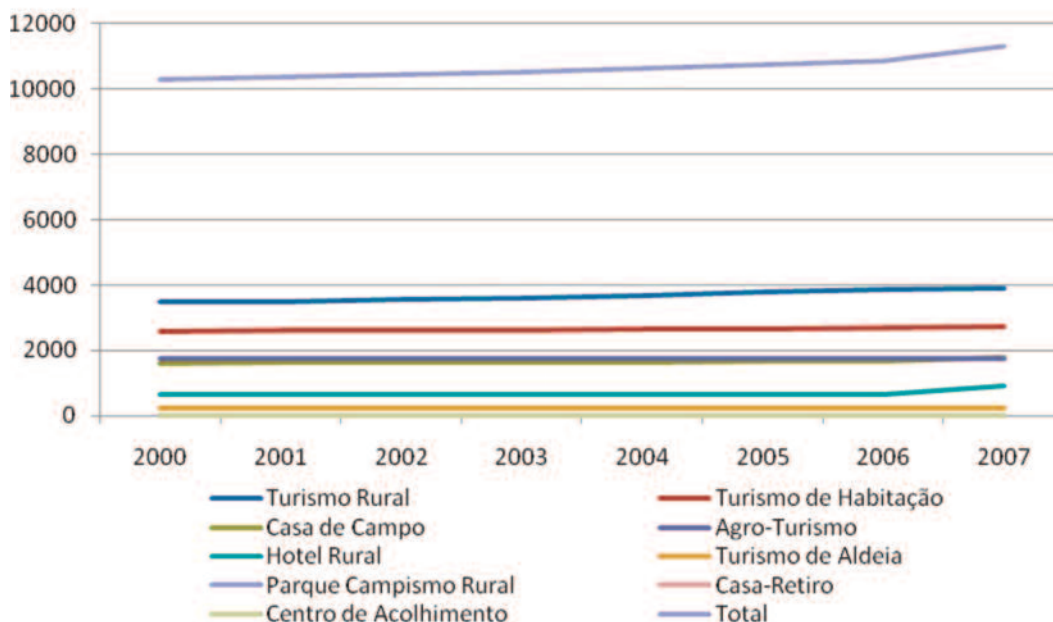
As Estatísticas do Turismo de Portugal reflectem uma evolução positiva da expressão do Turismo em Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, passado recente. Esta evolução do número de camas disponibilizadas por modalidade é crescente ao longo do período 2000-2007.

Quadro 2 Evolução da capacidade de alojamento dos estabelecimentos TER-TN (nº de camas)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de estabelecimentos (INE - Est. do Turismo)	866	936	965	1.053	1.010	1.023
<b>Total de camas (INE- Estatísticas do Turismo)</b>	<b>8.553</b>	<b>9.337</b>	<b>9.815</b>	<b>10.792</b>	<b>10.842</b>	<b>11.327</b>

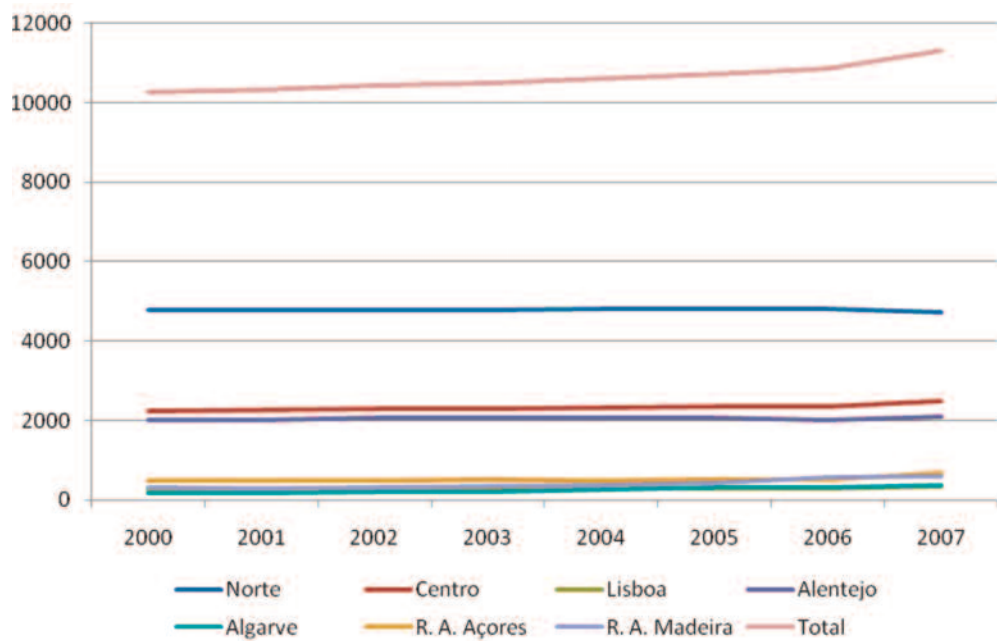
Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

Gráfico 1 Evolução do nº de camas dos estabelecimentos TER/TN, por modalidade



Fonte: Relatórios Anuais do Turismo no Espaço Rural (2000-2007), Turismo de Portugal, I.P.

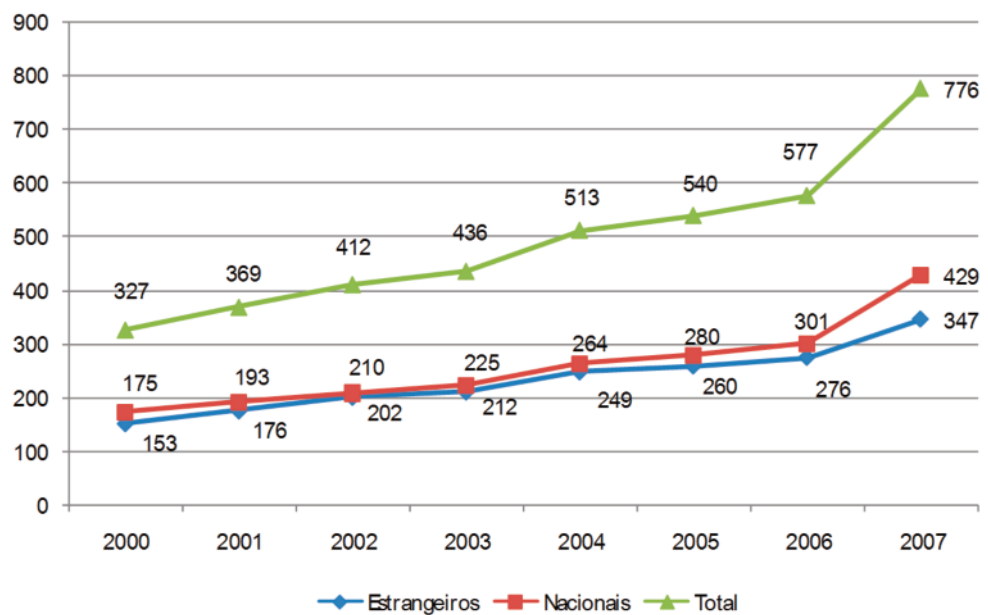
Em termos regionais, observa-se um ligeiro reforço do volume da oferta de alojamento nas regiões **Centro**, **Alentejo**, **Algarve**, **Açores** e **Madeira**, a par de uma estagnação da oferta na Região Norte.



Fonte: Relatórios Anuais do Turismo no Espaço Rural (2000-2007), Turismo de Portugal, I.P.

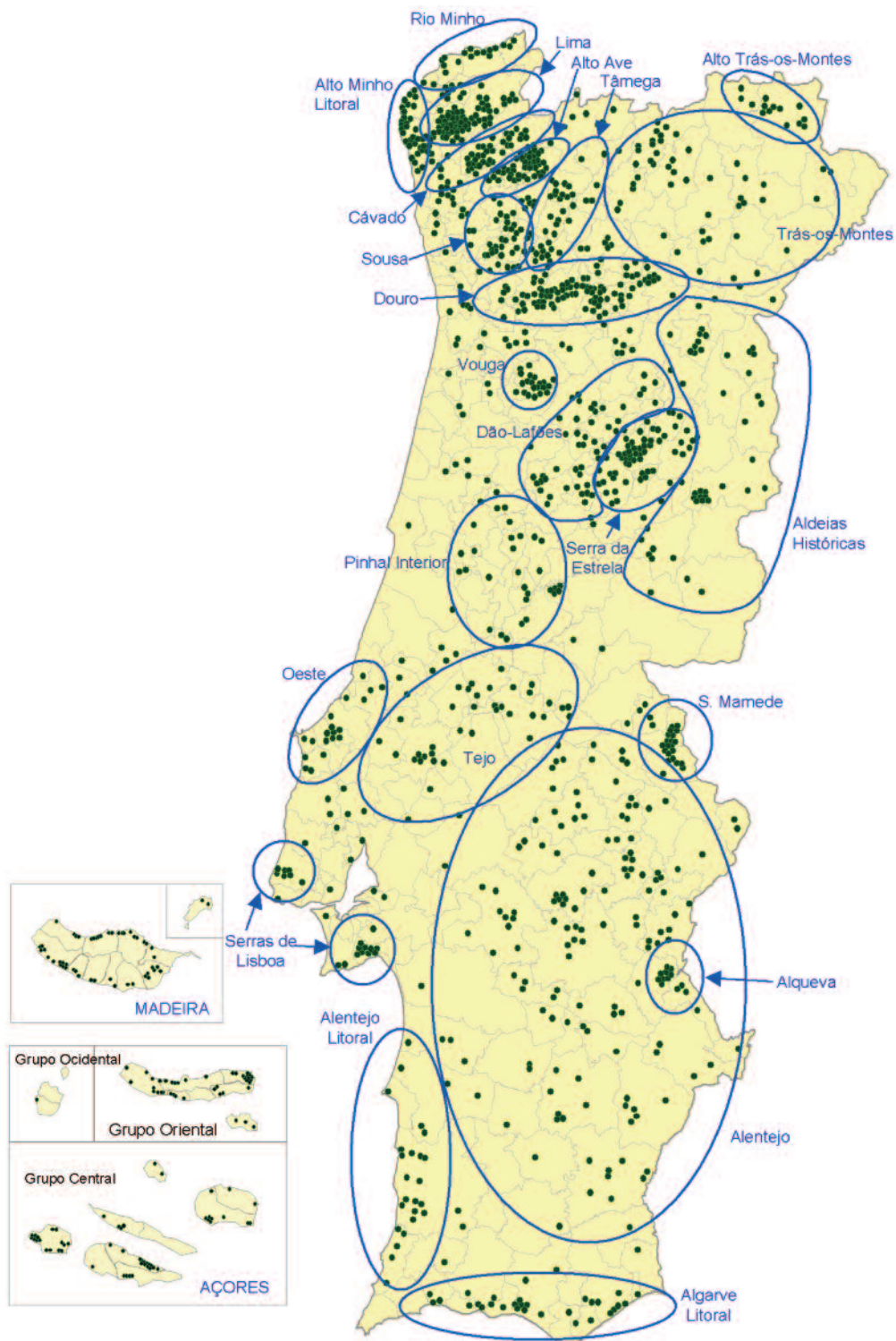
Os dados da evolução anual registados pelo Turismo de Portugal, reportados ao período 2000-2007, registam um número médio de dormidas superior e uma tendência de crescimento mais vincada, sobretudo nos anos mais recentes (2003-2007).

Evolução anual do número médio de dormidas nos estabelecimentos TER, por estabelecimento (2000-2007)



Fonte: Relatórios Anuais do Turismo no Espaço Rural (2000-2007), Turismo de Portugal, I.P.

**Estabelecimentos TER-TN 2007**  
**Tipologia geográfica das principais áreas de oferta**



Universo de estabelecimentos constante nas Estatísticas do Turismo, por NUT II e Modalidade

Quadro 3

NUT II		Modalidades TER e TN	
		Turismo Rural	390
		Turismo de Habitação	232
		Casa de Campo	234
		Agro-Turismo	136
		Hotel Rural	24
		Turismo de Aldeia	7
		Parque de Campismo Rural	-
		Casa-Retiro	-
		Centro de Acolhimento	-
		Casa-Abriço	-
<b>Portugal</b>	<b>1.023</b>	<b>Portugal</b>	<b>1.023</b>

Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 2007.

## Caracterização da Amostra do Inquérito aos Estabelecimentos TER e TN

3. 2.

A comparação entre os dados recolhidos através dos inquéritos aplicados (Inquérito aos Estabelecimentos de TER/TN e Inquérito aos Hóspedes) e os dados estatísticos publicados pelo INE para o sector (relativos a 2007, ano de referência da Base de Dados), aponta para uma boa representatividade da Amostra. Com efeito, a correlação da Amostra, com o Universo considerado e com os dados do INE, tem uma margem percentual que não ultrapassa em ambos os casos os 10%, sendo possível garantir segurança no tratamento dos dados para um intervalo de confiança máximo de 3,8% (nível de significância de 95%).

Estabelecimentos TER/TN  
Comparação entre o universo considerado no Estudo e o universo de estabelecimentos constante nas Estatísticas do Turismo, por NUT II

Quadro 4

NUTII	INE, 2007	Universo considerado	Inquéritos recebidos	% face INE, 2007	face ao Universo considerado
Norte	448	520	180	40,2	34,6
Centro	224	273	145	64,7	53,1
Lisboa	27	28	12	44,4	42,9
Alentejo	162	218	56	34,6	25,7
Algarve	31	46	24	77,4	52,2
Açores	82	94	15	18,3	16,0
Madeira	49	52	14	28,6	26,9
<b>Portugal</b>	<b>1.023</b>	<b>1.231</b>	<b>446</b>	<b>43,6</b>	<b>36,2</b>

Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 2007.

Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Em termos de distribuição geográfica a Amostra está, sobretudo, concentrada nas regiões Norte e Centro onde também se localiza o maior número de estabelecimentos recenseados na Base de dados de referência do Estudo. A análise da Amostra por modalidades indica que os estabelecimentos respondentes ao Inquérito se enquadram, essencialmente, nas categorias Turismo Rural, Casas de Campo e Turismo de Habitação



Quadro 5

**Estabelecimentos TER/TN**

**Comparação entre o universo considerado no Estudo e o universo de estabelecimentos constante nas Estatísticas do Turismo, por modalidade**

Modalidades TER e TN	INE, 2007 (não inclui TN)	Universo considerado	Inquéritos recebidos	% face INE, 2007	% face ao Universo considerado
Turismo Rural	390	429	161	41,3	37,5
Turismo de Habitação	232	227	81	34,9	35,7
Casa de Campo	234	349	125	53,4	35,8
Agro-Turismo	136	147	50	36,8	34,0
Hotel Rural	24	41	14	58,3	34,1
Turismo de Aldeia	7	9	3	42,9	33,3
Parque de Campismo Rural	-	9	3	-	33,3
Casa-Retiro	-	16	8	-	50,0
Centro de Acolhimento	-	3	1	-	33,3
Casa-Abriço	-	1	-	-	0,0
<b>Portugal</b>	<b>1.023</b>	<b>1.231</b>	<b>446</b>	<b>43,6</b>	<b>36,2</b>

Fonte: INE - Estatísticas do Turismo, 2007.

Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A comparação entre a distribuição regional dos inquéritos aos hóspedes recebidos e a distribuição regional das dormidas em TER/TN em 2007 (registadas pelo INE – Estatísticas do Turismo), evidencia um perfil de amostragem tendencialmente ajustado, com maior peso comparado das regiões Norte e Centro, onde o Inquérito aos Estabelecimentos observou níveis de resposta igualmente significativos.

Quadro 6

**Distribuição regional da Amostra de Hóspedes de estabelecimentos TER/TN**

NUT II	Dormidas INE, 2007*		Hóspedes (Inquéritos recebidos)	
	Nº	%	Nº	%
Norte	170.829	25,7	1.157	39,4
Centro	122.547	18,4	691	23,5
Lisboa	38.932	5,9	55	1,9
Alentejo	190.411	28,7	593	20,2
Algarve	44.600	6,7	286	9,7
Açores	45.301	6,8	134	4,6
Madeira	51.848	7,8	19	0,6
<b>Portugal</b>	<b>664.468</b>	<b>100</b>	<b>2.935</b>	<b>100</b>

Fonte: INE - ITP – Inquérito às Unidades do Turismo no Espaço Rural, 2007. Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A caracterização da Amostra de Hóspedes, por modalidades de alojamento, permite destacar uma distribuição bastante próxima das taxas de ocupação divulgadas pelo INE, apesar desta comparação apenas poder ser feita para as modalidades de TER, uma vez que os dados estatísticos do INE (Estabelecimentos e Dormidas) não contemplam as modalidades TN.

Distribuição da Amostra de Hóspedes dos estabelecimentos TER/TN, por modalidade

Quadro 7

Modalidade TER/TN	Inquéritos recebidos		INE, 2006
	Nº	%	%
Turismo Rural	1.222	42,6	31,0
Turismo de Habitação	584	20,4	20,9
Casa de Campo	516	18,0	22,5
Agro-Turismo	362	12,6	13,5
Hotel Rural	151	5,3	9,8
Turismo de Aldeia	33	1,2	2,3
Casa-Abrigo	10	-	-
Casa-Retiro	31	-	-
Parque Campismo Rural	26	-	-
<b>Total</b>	<b>2.935</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE - ITP – *Inquérito às Unidades do Turismo no Espaço Rural, 2007 e Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE 2008.*

## Perfil da Oferta 3.3.

### Capacidade de Alojamento 3.3.1.

O Inquérito aos Estabelecimentos TER-TN realizado no decurso do Estudo aponta no sentido de existirem cerca de 1.050 estabelecimentos no País, em 2007, uma estimativa aproximada, que se fundamenta nos contactos estabelecidos junto do total dos 1.231 estabelecimentos (Universo considerado inicialmente). Trata-se de um valor que não difere significativamente do que é registado pelo INE - Turismo de Portugal (1.023). Este facto possibilitou a realização das estimativas da evolução da capacidade de alojamento nos últimos anos, tendo como base o nº de estabelecimentos recenseados pelo INE-Turismo de Portugal para os anos anteriores e os valores de oferta de alojamento registados nos estabelecimentos inquiridos no âmbito do Estudo.

Os resultados obtidos relativamente à oferta total de alojamento TER-TN, em nº de camas, apresentam uma tendência global de crescimento (entre 2002 e 2007 a oferta aumentou em cerca de 1000 camas), muito embora com variações inter-anuais em sentido contrário (p.e., a partir de 2005 verifica-se um decréscimo até 2007).

Evolução da capacidade de alojamento dos estabelecimentos TER-TN (nº de camas)

Quadro 8

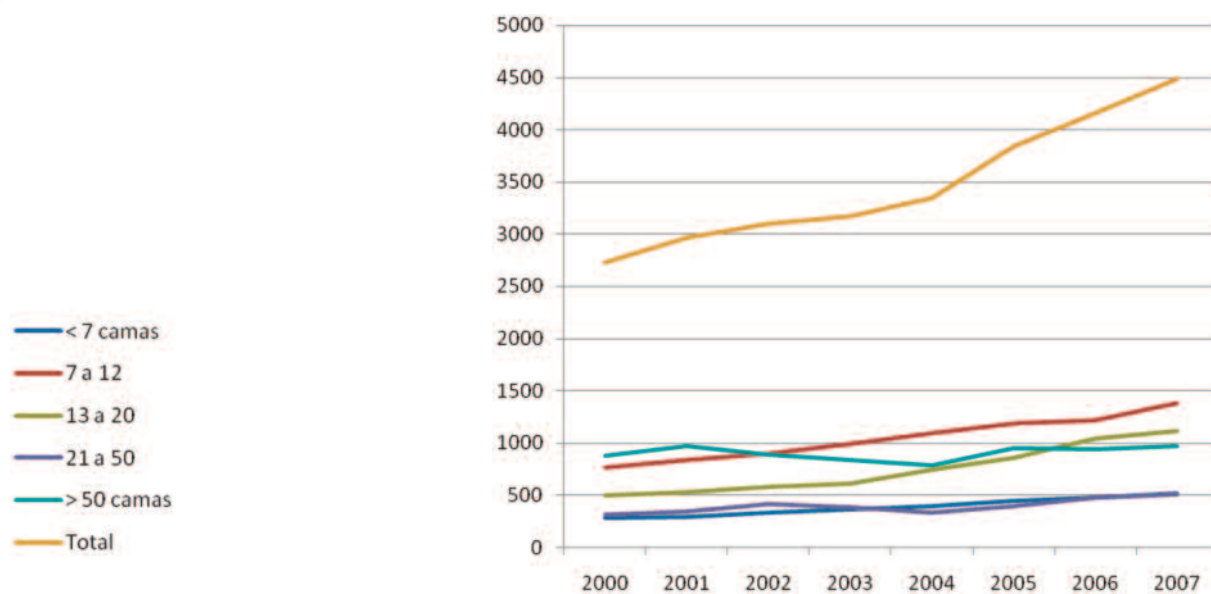
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de estabelecimentos (INE - Est. do Turismo)	866	936	965	1.053	1.010	1.023
<b>Total de camas (INE- Estatísticas do Turismo)</b>	<b>8.553</b>	<b>9.337</b>	<b>9.815</b>	<b>10.792</b>	<b>10.842</b>	<b>11.327</b>
Nº de estabelecimentos (Amostra Estudo TER-TN)	227	245	270	302	326	358
Nº de camas (Amostra Estudo TER-TN)	3.125	3.186	3.345	3.840	4.154	4.486
<b>Total de camas (Estimativa Estudo TER-TN)</b>	<b>11.922</b>	<b>12.172</b>	<b>11.955</b>	<b>13.389</b>	<b>12.870</b>	<b>12.819</b>
Margem de erro (+- nº de camas)	536	523	478	388	347	320

Fonte: INE – *Estatísticas do Turismo e Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.*

Tomando por referência a Amostra das unidades inquiridas que assinalaram a respectiva capacidade de alojamento para os anos solicitados (2000-2007), observa-se que a oferta de camas aumentou significativamente, tendo registado maior crescimento nos estabelecimentos com capacidade de alojamento entre 7 e 12 camas.

Gráfico 4

## Evolução do nº de camas dos estabelecimentos TER/TN, segundo a dimensão do estabelecimento

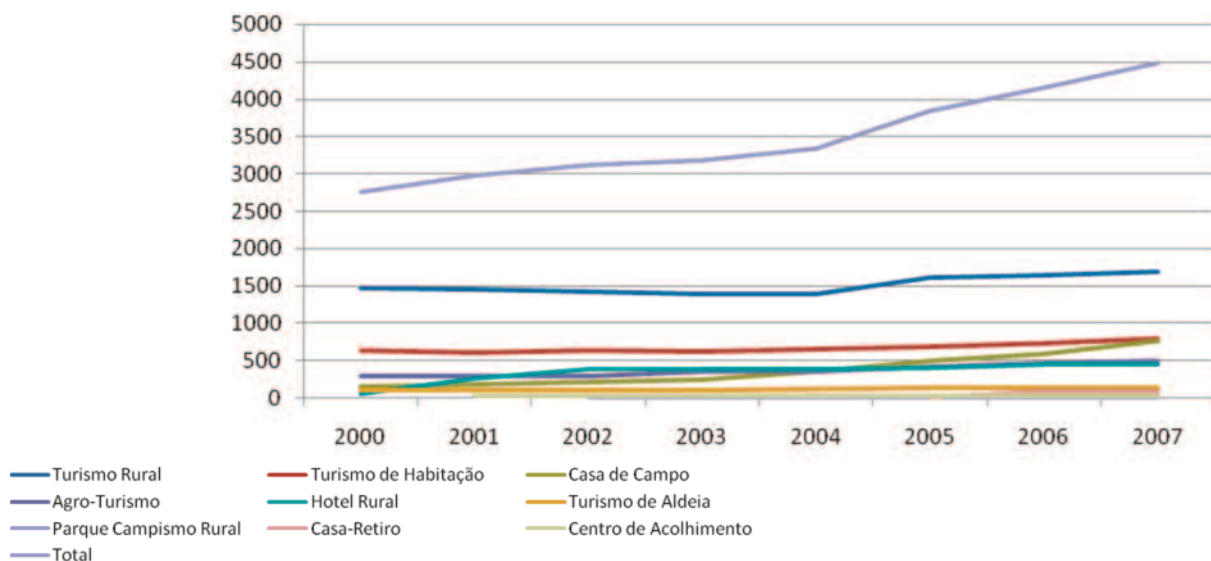


Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Na análise da capacidade de alojamento por modalidades de TER/TN, destacam-se as unidades de Turismo Rural, seguidas pelas unidades de Turismo de Habitação e de Agro-turismo.

Gráfico 5A

## Evolução do nº de camas dos estabelecimentos TER/TN, por modalidade

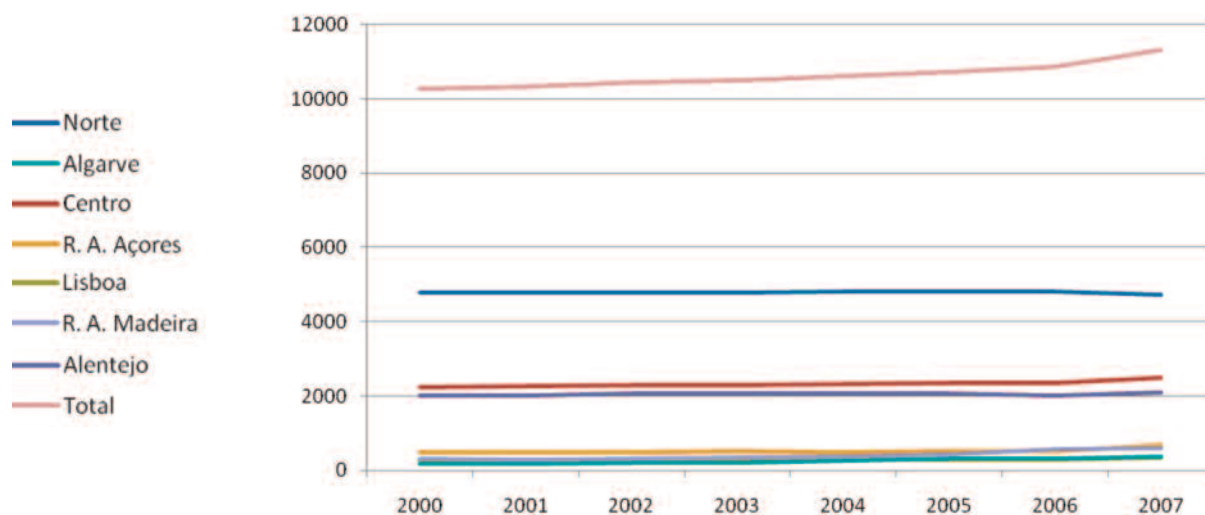


Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Ao comparar os dados amostrais do Estudo com as Estatísticas do Turismo de Portugal, constata-se um comportamento evolutivo do número de camas disponibilizadas por modalidade, tendencialmente positivo: evolução crescente do número de camas ao longo do período (2000-2007), tanto em termos globais (a um ritmo mais acentuado pós-2004, nas unidades da Amostra), como em cada uma das modalidades (trajectória muito semelhante).

Evolução do nº de camas dos estabelecimentos TER/TN, por modalidade

Gráfico 5B

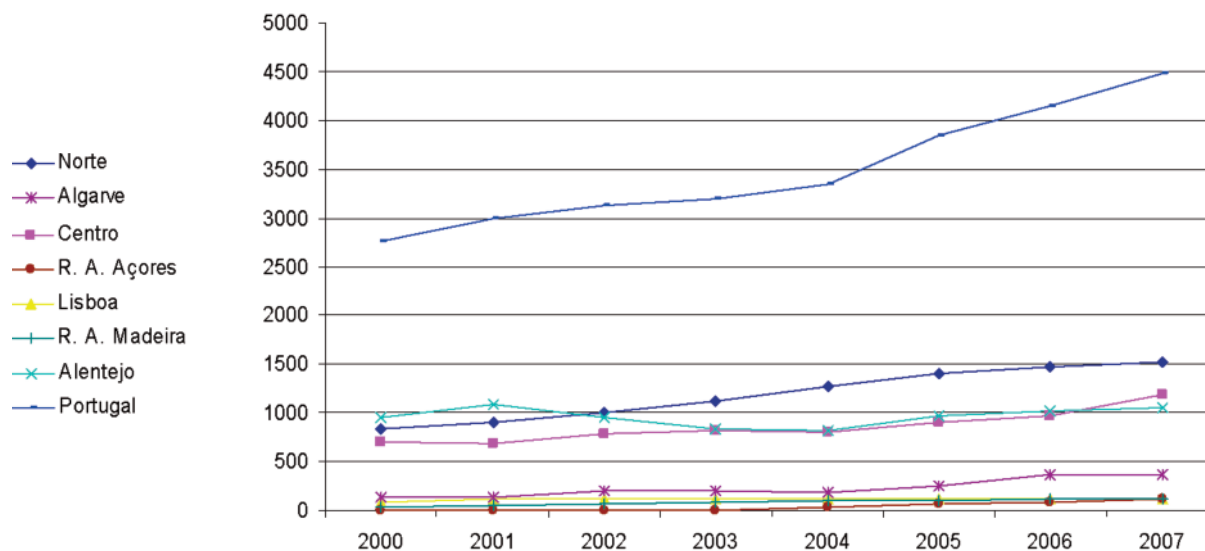


Fonte: Relatórios Anuais do Turismo no Espaço Rural (2000-2007), Turismo de Portugal, I.P.

A análise da evolução da capacidade de alojamento, quando realizada por NUT II, indica uma tendência para o crescimento da capacidade de alojamento em todas as regiões. Enquanto que nas regiões do Norte e Centro, o crescimento do número de camas é consolidado, o crescimento da oferta da Região do Algarve é especialmente significativo entre 2000 (fraca expressão) e 2007 (expressão relevante).

Evolução do nº de camas dos estabelecimentos TER/TN, por NUT II

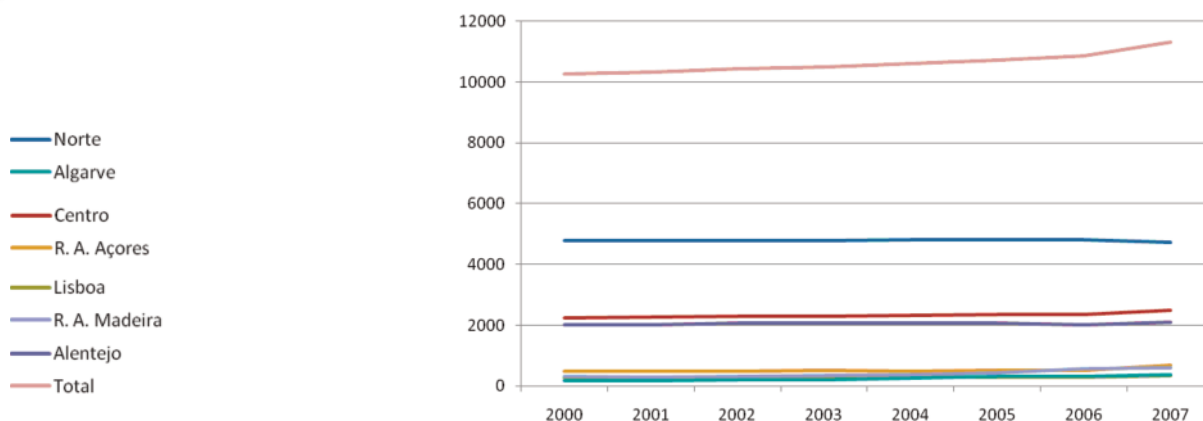
Gráfico 6A



Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Na comparação com os dados do Turismo de Portugal, a evolução da capacidade cama das unidades TER/TN apresenta um comportamento muito aproximado, com ligeiras diferenças para as Regiões Norte, Centro e Algarve, que revelam um ritmo de crescimento comparado ligeiramente superior na Amostra.

## Evolução do nº de camas dos estabelecimentos TER/TN, por região



Fonte: Relatórios Anuais do Turismo no Espaço Rural (2000-2007), Turismo de Portugal, I.P.

Em síntese, os elementos de comparação assinalados com o perfil de evolução da capacidade de alojamento do Universo registado pelo Turismo de Portugal (tanto por modalidades, como a nível regional), acentua o grau de representatividades da Amostra do Estudo.

### 3.3.2. Serviços, Actividades e Equipamentos oferecidos pelos estabelecimentos

Os resultados apurados indicam que a oferta de serviços, actividades de animação e infra-estruturas/equipamentos disponibilizadas pelos estabelecimentos, é diminuta e dispersa. Os resultados da inquirição à oferta de serviços existentes nos estabelecimentos TER/TN permitem, ainda, verificar que são os serviços fornecidos sob gestão da própria entidade que assumem maior peso nas modalidades de prestação dos mesmos (sobretudo, o fornecimento de refeições por encomenda - cerca de 34,4%).

#### Serviços, Actividades e Equipamentos oferecidos pelos estabelecimentos TER/TN, segundo as entidades prestadoras (%)

	Total	Própria entidade	Entidade externa	Outros regimes	Não tem ou N.e.
<b>Serviços</b>					
Fornecimento de refeições por encomenda	45,8	34,4	9,2	2,2	54,2
Guarda de animais domésticos	25,9	24,6	0,3	1,1	74,1
Fornecimento de refeições em regime aberto	19,8	15,0	4,0	0,8	80,2
Baby-sitting	12,7	8,0	3,6	1,1	87,3
<b>Actividades de animação</b>					
Percursos pedestres	68,4	42,7	18,7	7,0	31,6
Percursos bicicleta, jipe, moto, ...	54,9	32,0	16,8	6,2	45,1
Observação de animais	42,3	27,0	10,2	5,1	57,7
Organização de festas e reuniões	37,8	27,7	5,4	4,6	62,2
Venda de produtos locais	35,4	24,7	7,5	3,2	64,6
Actividades equestres	32,5	9,8	17,3	5,4	67,5
Animação de crianças	16,8	9,9	4,5	2,3	83,2
<b>Infra-estruturas e equipamentos</b>					
Piscina descoberta	69,6	66,2	2,7	0,7	30,4
Sala de jogos	52,3	50,0	1,3	1,0	47,7
Campo de ténis	31,6	18,6	9,5	3,5	68,4
Campo de golf / mini-golf	15,6	2,2	10,6	2,8	84,4
Piscina coberta	11,8	4,5	5,3	2,0	88,2
Ginásio	11,6	3,6	1,9	88,4	
SPA / Estética	11,1	2,8	6,1	2,2	88,9

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

As actividades de animação, com alguma expressão, referem-se à organização de percursos pedestres (68,4 % das unidades, com maior expressão no Alentejo e no Algarve, de itinerários de bicicleta, moto e jeep (54,9%), à observação de animais (42,3%) e à organização de festas e reuniões (37,8%, com maior expressão no Norte e no Centro). Nas infra-estruturas e equipamentos disponíveis nos estabelecimentos TER/TN, destacam-se as piscinas descobertas (69,6%), as salas de jogos (52,3%) e os campos de ténis (31,6%). Outras infra-estruturas mais complexas ou completas, p. e., o ginásio, SPA ou piscina coberta, têm alguma expressão apenas em regiões turísticas mais dinâmicas (Algarve e Madeira).

Em termos gerais, os resultados da inquirição permitem constatar um esforço por parte das unidades TER, para recorrer a entidades externas e a acordos de parceria, de modo a viabilizar a utilização de equipamentos mais especializados/sofisticados, bem como o acesso a um maior leque de actividades de animação, de que são exemplo os percursos e as actividades equestres, a observação de animais, os campos de ténis e de golf/mini-golf e o SPA e estética. Trata-se de um esforço de enriquecimento da oferta TER, para além do alojamento e equipamentos de tipo mais convencional, que vale a pena destacar e acompanhar.

A inquirição relativa à disponibilidade de outros equipamentos nas instalações dos estabelecimentos, revela que praticamente metade dos estabelecimentos oferecem ligação à Internet em todos os aposentos e a maioria dispõe de TV satélite ou cabo, sobretudo em espaços comuns. As cozinhas colectivas existentes situam-se em espaços comuns, mas são disponibilizadas por 43,5% da amostra.

Equipamentos disponíveis nos estabelecimentos TER/TN (%)

Quadro 10

Equipamentos	Total	Todos os aposentos	Alguns aposentos	Espaços comuns	Não disponibiliza ou N.e.
Internet	50,2	42,6	6,5	1,1	49,8
TV satélite ou cabo	62,6	23,3	6,1	33,2	37,4
Kitchenette	28,5	28,0	0,0	0,4	71,5
Cozinha colectiva	43,5	0,2	0,0	43,3	56,5

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Relativamente a outras ofertas disponibilizadas pelos estabelecimentos TER/TN, destacam-se os atractivos turísticos (54,9% das unidades) e a integração em rotas turísticas (38,6%), sobretudo, no Centro e no Norte, e com maior incidência por parte das modalidades Turismo Rural e Casas de Campo.

Nº de estabelecimentos TER/TN, segundo outras ofertas disponibilizadas, por NUT II e modalidade

Quadro 11

	Rotas turísticas	Percursos ou circuitos definidos	Atractivos turísticos	
<b>NUT II</b>				
Norte	60	24	94	
Centro	73	30	91	
Lisboa	2	2	8	
Alentejo	23	11	26	
Algarve	4	1	9	
Açores	4	1	11	
Madeira	6	3	6	
<b>Portugal</b>	<b>172</b>	<b>72</b>	<b>245</b>	
<b>Modalidades TER e TN</b>				
Turismo Rural	56	25	86	
Turismo de Habitação	31	11	44	
Casa de Campo	55	23	79	
Agro-Turismo	19	8	23	
Hotel Rural	8	1	7	
Turismo de Aldeia	3	1	1	
Casa-Abrigo	0	1	1	
Casa-Retiro	0	0	1	
Parques de Campismo Rural	0	2	3	
<b>Portugal</b>	<b>172</b>	<b>72</b>	<b>245</b>	<b>N=446</b>

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Embora se registre uma inserção de parte significativa dos estabelecimentos TER/TN em explorações agro-pecuárias (cerca de um em cada três), as actividades agro-pecuárias apenas integram a oferta dos estabelecimentos em 15,7% dos inquiridos, com maior relevo nas do Norte e do Alentejo, destacando-se, naturalmente, o Agro-turismo. A caracterização da oferta tem, ainda, uma componente que remete para a existência de práticas de certificação dos estabelecimentos TER/TN, as quais têm adquirido alguma expressão no passado recente. De acordo com os dados do Inquérito, 28,6% dos estabelecimento TER/TN possui certificação, mais de 40 por cento dos quais pertencentes à modalidade de Turismo Rural e situados, predominantemente, a Norte.

### 3.3.3. Divulgação e Comercialização da Oferta

Os meios de divulgação mais utilizados pelos estabelecimentos são o *site* na Internet (em todas as regiões tem um peso superior a 80%) e as brochuras e os guias turísticos (com percentagens sempre próximas dos 50%, em todas as regiões). A importância do *site* na Internet é determinante na divulgação. Com efeito, segundo o Inquérito à procura, a maioria dos hóspedes escolhe o estabelecimento através da informação do *site*, designadamente pela visualização ou descrição do sítio onde a casa se localiza e pelo tipo de edifício. A qualidade do *site* (em particular as imagens, mas também as descrições de serviços e outras) e a sua operacionalidade para contactos e reservas, constituem aspectos fulcrais para atrair a procura.

No domínio da comercialização, observa-se um predomínio do contacto directo estabelecido entre os hóspedes e o estabelecimento, independentemente da região de implantação (em média, o contacto directo situa-se acima dos 80%). Esta forma de comercialização é acompanhada, complementarmente, por outros instrumentos/ modos de divulgação, nomeadamente: operadores/agências de viagens *online* (sobretudo na Madeira, nos Açores e no Algarve, com mais de 60% de utilização deste meio); e centrais de reserva próprias (meio com maior expressão nas regiões do Alentejo, Lisboa e Algarve). A inserção em redes associativas é, ainda, incipiente.

## 3.4. Caracterização da Procura

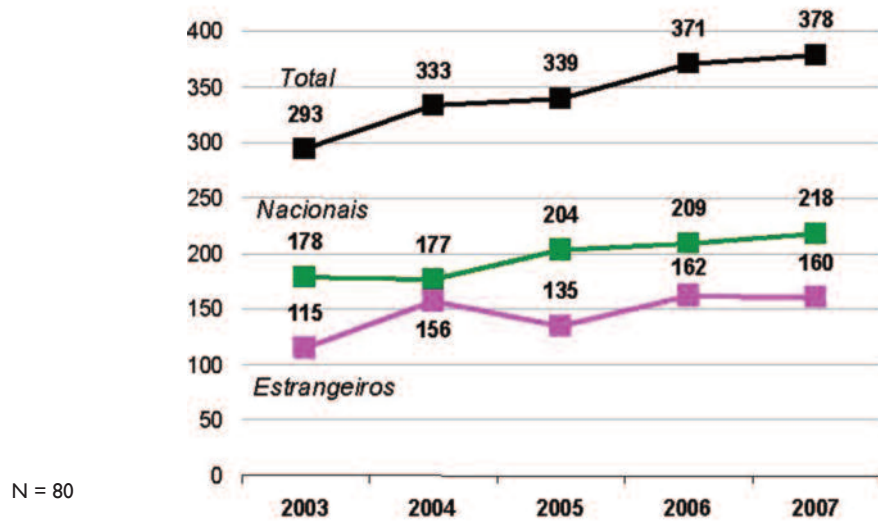
### CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DA PROCURA

O Inquérito aos Estabelecimentos TER/TN revelou que o registo dos hóspedes se apresenta bastante desigual, não sendo efectuado de forma sistemática por cerca de metade dos estabelecimentos respondentes. Esta ausência de registo acentua-se à medida que nos afastamos no tempo, sendo diminuto o número de estabelecimentos com registos de hóspedes anteriores a 2004. Em face desta limitação, as notas de análise seguintes reportam-se apenas ao indicador “nº de dormidas por estabelecimento” e para os estabelecimentos que apresentaram respostas muito consistentes desde 2003, um total de oitenta estabelecimentos, com um perfil de dimensão e de distribuição regional que corresponde ao perfil da Amostra do Estudo.

No período 2003-2007, o número de dormidas por estabelecimento aumentou de forma significativa (de cerca de 293 dormidas, em 2003, para 378, em 2007), um crescimento de aproximadamente trinta por cento que se revelou mais acentuado nas dormidas de hóspedes estrangeiros (39%).

Evolução anual do nº médio de dormidas nos estabelecimentos TER/TN, por estabelecimento

Gráfico 7

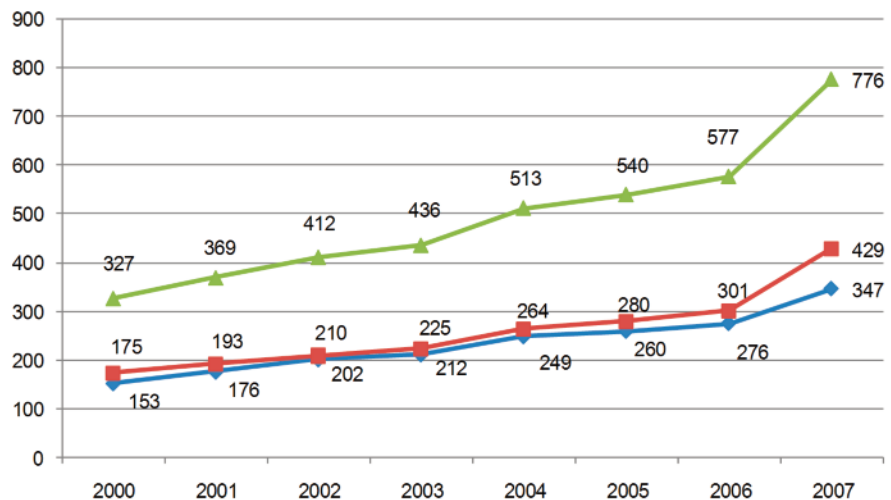


Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Os dados da evolução anual registados pelo Turismo de Portugal, reportados a um período mais longo (2000-2007), observam um número médio de dormidas superior e uma tendência mais vincada, sobretudo nos anos mais recentes (2003-2007).

Evolução anual do número médio de dormidas nos estabelecimentos TER, por estabelecimento (2000-2007)

Gráfico 8

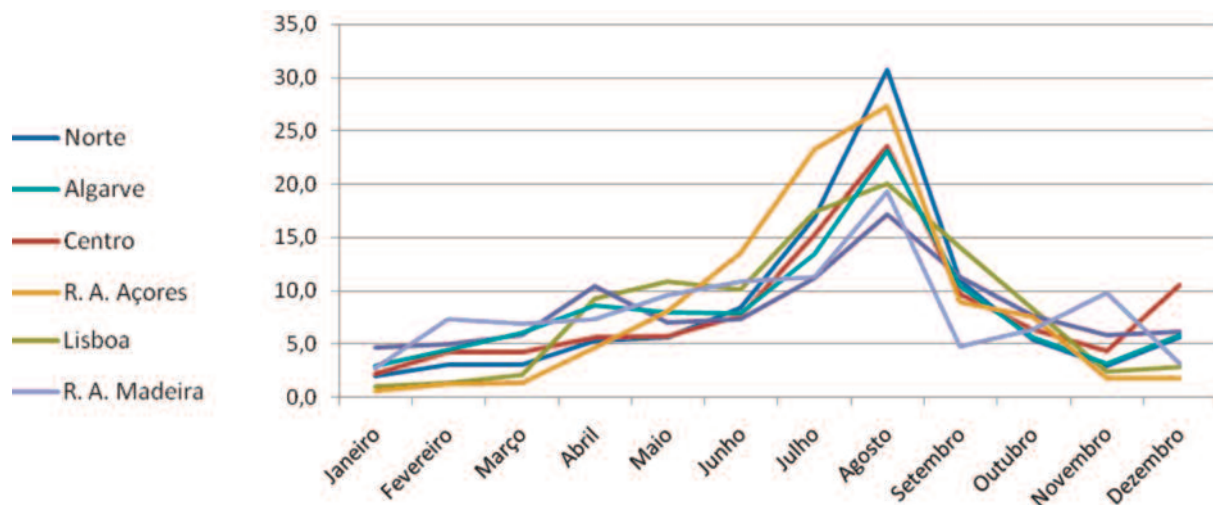


Fonte: Relatórios Anuais do Turismo no Espaço Rural (2000-2007), Turismo de Portugal, I.P.

A análise da evolução mensal da ocupação ao longo de 2007 regista uma oscilação muito acentuada, em grande parte motivada pelo facto de grande parte dos estabelecimentos registar ocupação apenas durante os meses de maior incidência da procura: época alta – meses de Junho a Agosto – e períodos festivos (fim do ano, Carnaval e Páscoa). A comparação de comportamentos entre hóspedes nacionais e estrangeiros, evidencia movimentos de procura semelhantes nos meses de Verão e uma procura mais acentuada de TER/TN no mês de Dezembro, por parte dos hóspedes nacionais.



Gráfico 9 Evolução mensal do nº de dormidas em estabelecimentos TER/TN, por NUT II (2007)



Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A dinâmica de dormidas revela uma procura predominantemente concentrada nos meses de Junho a Agosto, meses que registam maior procura em todo o território. Esta concentração estival é especialmente expressiva nas regiões Norte e Açores.

Os restantes meses do ano registam uma procura menos acentuada, praticamente equivalente em todas as regiões, observando-se apenas um ligeiro aumento da procura nos meses de Fevereiro a Abril, um pico temporal em que se destacam as regiões do Alentejo e da Madeira.

Os indicadores de permanência média dos hóspedes remetem para níveis baixos: o número de hóspedes que permanece até 3 dias representa 53,8% do total e entre 4 a 6 dias, representa 17,2%.

Quadro 12 Distribuição dos hóspedes em estabelecimentos TER/TN, por escalões de nº de dias de estada

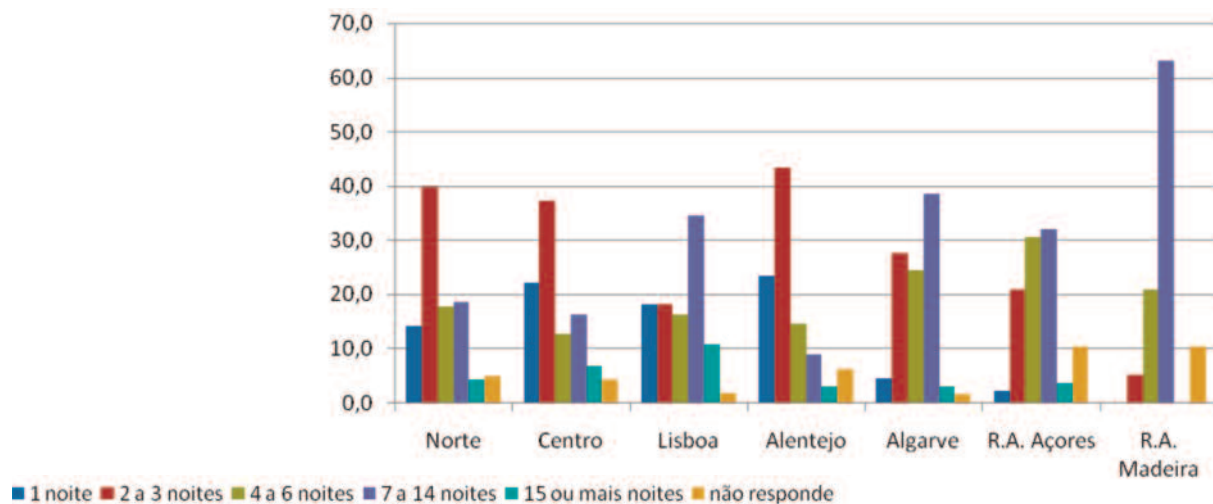
	Nº	%
1 a 3 dias	1.577	53,7
4 a 6 dias	506	17,2
7 a 14 dias	567	19,3
15 ou mais dias	138	4,7
N.e.	147	5,0
<b>Total</b>	<b>2.935</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Embora não se observem diferenças acentuadas de padrão, o tempo de permanência dos hóspedes estrangeiros nos segmentos acima de três noites é superior aos dos nacionais (p.e., no período entre 4 a 6 noites, abrange 13,9% dos estabelecimentos, enquanto no caso dos nacionais atinge 9,6% e acima de 6 noites representa 5,6%, contra 1,3% para os hóspedes nacionais).

Em termos regionais, Algarve e Madeira, apresentam índices de permanência média mais elevados, nomeadamente no escalão entre 7 e 14 noites. Estas percentagens são estimadas para as respostas categorizadas pela duração da estadia, ou seja, excluem as respostas N.e.

Distribuição dos estabelecimentos TER/TN, segundo os escalões do nº médio de dormidas dos respectivos hóspedes



Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

## Perfil dos Hóspedes 3.5.

O cliente-tipo de TER/TN reside em Portugal, está na faixa etária entre os 25 e os 44 anos, é empregado(a) com habilitações superiores, privilegia a descoberta da Região e o contacto com a natureza (motivos da viagem e da escolha de alojamento TER) e, em média, usufrui de estadias de duas noites.

Os quadros seguintes sistematizam os elementos de caracterização genérica resultantes da análise dos dados do Inquérito aos Hóspedes.

Distribuição dos hóspedes dos estabelecimentos TER/TN, por grupo etário

	%
0-14 anos	0,6
15 - 24 anos	4,9
25 - 44 anos	52,3
45 - 64 anos	33,4
65 ou + anos	7,8
N.e.	1,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Quadro 14

**Distribuição dos hóspedes dos estabelecimentos TER/TN, segundo as respectivas formas de ocupação**

	%
Estudante	4,6
Empregado	76,9
Desempregado	1,6
Reformado	12,4
Doméstico	2,0
N.e.	2,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Quadro 15

**Distribuição dos hóspedes dos estabelecimentos TER/TN, segundo as habilitações escolares**

	%
1.º ou 2.º ciclo do Ensino Básico	4,4
3.º ciclo do Ensino básico	8,2
Secundário ou pós-secundário não superior	25,0
Ensino Superior	59,2
N.e.	3,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

O padrão de motivações de deslocação, de fruição do sítio e do alojamento (cf. quadros seguintes), evidencia a importância da envolvente territorial (descoberta de uma região e localização da unidade TER/TN) e do carácter rural do sítio (contacto com a natureza e tipologia do edifício). Os aspectos de “construção da oferta” têm peso apenas na referência à saúde e bem-estar, que ainda decorre da valorização do sítio, mas são menos relevantes, p.e., na animação (eventos e festas) ou nas infra-estruturas, equipamentos, serviços e actividades disponibilizadas.

Quadro 16

**Motivações da procura dos hóspedes dos estabelecimentos de TER/TN**

(resposta múltipla)

	%
Descoberta de uma região	53,6
Contacto com a natureza	41,0
Saúde e bem-estar	30,0
Gastronomia e vinhos	16,3
Praia	12,4
Visita a familiares e amigos	7,7
Eventos e festas	7,1
Desporto e aventura	5,2
Negócios	3,5
Descanso e férias	1,6
Convívio com família ou amigos	0,6
Caça	0,3

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

### Razões da escolha pelos hóspedes do estabelecimento TER/TN

Quadro 17

(resposta múltipla)

	%
Sítio do edifício	57,6
Contacto com a natureza	46,5
Tipo de edifício	41,0
Preço	18,7
Facilidade de acesso	9,4
Infra-estruturas e equipamentos	9,1
Gastronomia	5,1
Serviços e actividades disponibilizadas	4,5
Acessibilidade p/ pessoas deficientes	0,4
Outras	3,0

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

O cliente-tipo de TER/TN toma a iniciativa de organizar a sua própria viagem, com reflexos nos meios de escolha do estabelecimento (Internet, aconselhamento de outros e visita anterior representam, em conjunto, mais de 75% das formas escolhidas). Esta autonomia do turista reflecte-se também no modo como efectua a reserva: escolhe o destino via Internet, contacta por e-mail ou por telefone o estabelecimento e desloca-se em viatura particular.

### Formas de organização da viagem utilizadas pelos hóspedes aos Estabelecimentos TER/TN

Quadro 18

	%
Individual	84,6
Agência de viagens / Operador	9,9
Package	2,9
Smartbox	0,2
N.e.	2,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008

### Formas de reserva utilizadas pelos hóspedes dos estabelecimentos TER/TN

Quadro 19

	%
Aconselhamento de outros	16,0
Agência Viagens/Operador	10,1
Guias turísticos	7,3
Internet	49,2
S/conhecimento prévio	3,9
Visita anterior	11,0
Outro	1,2
N.e.	1,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Hóspedes no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

No padrão de práticas do cliente-tipo, são, ainda, de destacar as seguintes regularidades:

- Duração da estada até 3 dias (57,8% do total), a qual aumenta, no caso dos hóspedes de estabelecimentos localizados no Algarve e na Madeira, para uma duração entre 7 e 14 dias;
- O padrão de duração média da estada (2 a 3 dias) é homogéneo, segundo a modalidade TER/TN;
- Cerca de dois em cada três hóspedes inquiridos já tinham visitado a região, uma ou mais vezes (9%, cinco ou mais vezes), observando-se uma maior fidelização no Norte e no Centro e com os hóspedes do Turismo de Aldeia e do Centro de Acolhimento;
- 56,7% dos inquiridos já tinha ficado hospedado em alojamento TER (até cinco vezes) e mais de metade dos inquiridos (57,7%) já tinha estado hospedado no estabelecimento onde respondeu ao Inquérito.

Os níveis de satisfação apontados pelos inquiridos são significativamente elevados, designadamente, com o alojamento TER (77,5%, muito satisfeitos) e com a região (62,5%, muito satisfeitos). Este nível de satisfação repercute-se na intenção de regresso em breve (62,9%) e de recomendação do estabelecimento (92,8%).

## 3.6. Gestão

### (a) Entidade Gestora

A forma jurídica predominante na Amostra é a de empresário em nome individual (59,2% dos estabelecimentos), atingindo as sociedades por quotas apenas cerca de um terço (31,8%).

Quadro 20

Caracterização dos estabelecimentos TER/TN, segundo a natureza da Entidade gestora

	(%)
<b>Forma jurídica</b>	
Empresário nome individual	59,2
Sociedade por Quotas	31,8
Sociedade Anónima	3,8
Outra forma societária	3,8
N.e.	1,3
<b>Tipo</b>	
Familiar	87,0
Patronal	7,6
Outro	1,6
N.e.	3,8
<b>Nº de trabalhadores</b>	
1 e 2	47,8
3 a 5	40,6
6 a 10	8,3
> 10	0,7
N.e.	2,7

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

As Entidades gestoras dos estabelecimentos TER/TN apresentam uma dimensão média empregadora, centrada no escalão 1 a 2 trabalhadores ao serviço (47,8%). No entanto, constata-se que 40,6% das entidades emprega 3 a 5 pessoas e este escalão é mesmo o mais representativo nos estabelecimentos TER/TN de Lisboa e Algarve, um volume de emprego por estabelecimento com alguma expressão em termos de impacte social e territorial, se tivermos em conta o padrão locativo do TER.

A importância económica da actividade dos estabelecimentos TER/TN nas estratégias dos proprietários tem significado, na medida em que, para cerca de 30% da Amostra, esta actividade corresponde a mais de 75% do respectivo volume de negócios.

Parcela da actividade dos estabelecimentos TER/TN no volume de negócios da Entidade gestora

Quadro 21

	Nº	%
25% ou menos	64	14,3
26 a 50%	28	6,3
51 a 75%	16	3,6
76 a 99%	20	4,5
100%	107	24,0
N.e.	211	47,3
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Na distribuição das outras actividades da Entidade gestora identificadas, assumem relevância (medida pela percentagem do número de estabelecimentos TER/TN que combina estas actividades): a *agricultura* (59,9%), com valores mais elevados a Norte (81,1%) e no Alentejo (60%); e os *serviços de lazer* (15%), com maior expressão em Lisboa (65%), Algarve (38,3%) e Madeira (40%), reflectindo perspectivas de actuação mais integrada e de oferta compósita de alojamento e serviços, na economia da fileira turismo/lazer.

**(b) Gestor**

A gestão dos estabelecimentos da Amostra caracteriza-se por uma concentração muito elevada da função nos proprietários (cerca de 87%), com apenas 11,4% dos estabelecimentos a contar com a figura do gestor/administrador. Quando se analisa a variável que questiona o tempo semanal dedicado à gestão, as respostas apontam maioritariamente para uma gestão a tempo inteiro (cerca de 31,8% das respostas) evidenciando o papel dos proprietários no exercício desta função e reflectindo o peso bastante forte que assume na ocupação dos mesmos. Os resultados apontam, ainda, para a existência de uma percentagem significativa de responsáveis pela gestão que têm complementarmente outras actividades profissionais, sendo de destacar as actividades de profissional liberal (11,7%); empresário agrícola (11,0%) e empresário (7,0%).

Elementos de caracterização dos Gestores dos estabelecimentos TER/TN

Quadro 22

	Nº	(%)
<b>Estatuto</b>		
Proprietário	389	87,2
Gestor	51	11,4
N.e.	6	1,3
<b>Tempo semanal dedicado à gestão do TER</b>		
8 horas ou menos	57	12,8
9 a 16 horas	50	11,2
17 a 24 horas	61	13,7
25 a 39 horas	41	9,2
40 ou mais horas	142	31,8
N.e.	95	21,3
<b>Outras actividades profissionais do Gestor</b>		
Empresário / gestor	31	7,0
Profissional liberal/Técnico superior	52	11,7
Empresário agrícola	49	11,0
Professor	23	5,2
Comerciante	10	2,2
Outras actividades	14	3,1
N.e.	267	59,9

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

O perfil deste Gestor-tipo de uma Unidade TER/TN mostra uma igualdade de distribuição entre géneros (cerca de 2% mais de homens que de mulheres), com idade acima de 45 anos (78,7%), na quase totalidade, portugueses (91,3%), a residir no próprio estabelecimento (63,9%) e os que residem fora encontram-se a uma distância inferior a 10 km (em 39,9% dos casos).

A nível de habilitações escolares, destaca-se significativamente a formação superior (55,6% dos casos). A experiência profissional anterior no sector do turismo, superior a 5 anos (50%) tem também bastante relevância no delinear deste perfil, predominando a adquirida na hotelaria (29,6%) e na restauração (16,6%).

Quadro 23

**Estrutura de qualificações dos Gestores dos Estabelecimentos TER/TN, segundo as habilitações escolares e a experiência profissional**

	%
<b>Habilitações escolares</b>	
Ensino Superior	55,6
Secundário ou pós-Secundário	17,9
3º ciclo Ensino Básico	10,1
1º ou 2º ciclo Ensino Básico	13,5
N.e.	2,9
<b>Experiência profissional anterior</b>	
Hotelaria	29,6
Restauração	16,6
Comercialização de produtos turísticos	8,5
Animação turística	7,8
Gestão	6,1
Outras áreas ligadas ao turismo	5,2
<b>Anos de trabalho em Turismo</b>	
1 a 5 anos	15,2
6 a 10 anos	18,2
+ de 10 anos	31,8
N.e.	34,7

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

### 3.7. Pessoal ao serviço

O pessoal ao serviço nos estabelecimentos de TER/TN é caracterizado por um conjunto de variáveis socio-gráficas e de outros elementos que tipificam o modelo de emprego e de gestão dos recursos humanos desta actividade. Nos elementos de análise estrutural seguinte, os diversos atributos do pessoal ao serviço contemplados no Questionário devem ser aferidos ao total susceptível de categorização no respectivo atributo.

Quadro 24

**Pessoal ao serviço nos estabelecimentos TER/TN, segundo o género e a idade**

	Nº	%
<b>Sexo</b>		
Feminino	798	68,0
Masculino	378	32,0
Sub-total	1.176	100,0
N.e.	133	10,2
<b>Total</b>	<b>1.309</b>	-
<b>Idade</b>		
< 24	51	4,3
25 - 44	501	42,6
45 - 64	488	41,5
65 ou +	118	11,6
Sub-total	1.158	100,0
N.e.	132	10,1
<b>Total</b>	<b>1.290</b>	-

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

O pessoal ao serviço nos estabelecimentos TER/TN é maioritariamente do sexo feminino (mais de duas em cada três pessoas, são mulheres), a faixa etária com maior peso (42,6%) é a dos 25 a 44 anos e a nacionalidade predominante é a portuguesa (93,4%).

**Pessoal ao serviço nos estabelecimentos TER/TN, segundo a nacionalidade de origem**

Quadro 25

	Nº	%
Portugal	1.053	93,4
Ucrânia	15	1,3
Alemanha	7	0,6
Angola	8	0,7
Brasil	6	0,5
Holanda	6	0,5
Argentina	4	0,4
Roménia	5	0,4
Canadá	1	0,1
Reino Unido	5	0,4
Cabo Verde	3	0,3
Rússia	3	0,3
Moldávia	2	0,2
Bélgica	2	0,2
Moçambique	2	0,2
Diversas	4	0,4
França	2	0,2
<b>Total</b>	<b>1.128</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Cerca de metade dos estabelecimentos da Amostra tem menos de três pessoas ao serviço, um indicador que remete para estruturas caracterizadas por uma elevada polivalência de funções e que reflecte também a escassez da oferta de serviços complementares para além do alojamento. No conjunto da Amostra, um volume significativo dos estabelecimentos emprega total ou maioritariamente familiares (41,3%), vincando o peso das dinâmicas de natureza familiar na iniciativa TER/TN.

**Distribuição dos estabelecimentos TER/TN, segundo os escalões de Pessoal ao Serviço e a natureza do estabelecimento**

Quadro 26

	Nº	(%)
<b>Nº de trabalhadores</b>		
1 a 2	213	47,8
3 a 4	162	36,3
5 a 6	37	8,3
7 a 10	19	4,3
15 a 39	3	0,7
N.e.	12	2,6
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>100,0</b>
<b>Natureza</b>		
Familiar	184	41,3
Não Familiar	250	56,1
N.e.	12	2,6
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008

Nos atributos de qualificação do pessoal ao serviço (analisados para o total de respostas que indicaram nível de habilitação escolar - cerca de 300 trabalhadores em 1082), embora predominem as habilitações escolares básicas (40,7% dos trabalhadores têm o 1º ou o 2º ciclo), importa registar o emprego de licenciados (25,6% do total).



Quadro 27

**Pessoal ao serviço, segundo as habilitações escolares**

	Nº	%	
1.º ou 2.º ciclo do Ensino Básico	472	40,7	
3.º ciclo do Ensino Básico	187	16,1	
Secundário ou pós-Secundário não Superior	205	17,7	
Ensino Superior	297	25,6	
<i>Sub-total</i>	<i>1.161</i>	<i>100,0</i>	
N.e.	15	-	
<b>Total</b>	<b>1.176</b>	<b>-</b>	

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Entre o pessoal qualificado com formação específica na actividade turística (289 pessoas), destacam-se os que frequentaram formação profissional (33,2%) seguidos dos que detêm curso superior. O quadro seguinte apresenta também o peso percentual do pessoal ao serviço com formação específica na actividade turística. Para estimar o peso desse grupo especial, considerou-se o volume do pessoal ao serviço categorizado pelas habilitações escolares (cf. Quadro 27).

Quadro 28

**Pessoal ao serviço, segundo a formação específica na actividade turística**

	Nº	% no Total	% na formação específica	
Curso Técnico-profissional	63	5,4	21,8	
Formação profissional	96	8,3	33,2	
Curso Superior	74	6,4	25,6	
Outras formações	56	4,8	19,4	
<i>Sub-total</i>	<i>289</i>	<i>24,9</i>	<i>100,0</i>	
Restante pessoal ao serviço	872	75,1	-	
<b>Total</b>	<b>1.161</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Em termos globais, o perfil de qualificação dos trabalhadores em estabelecimentos de TER/TN revela, assim, baixas habilitações académicas e/ou reduzidos níveis de frequência de formação em áreas ligadas à actividade turística. As relações contratuais evidenciam uma relativa estabilidade laboral se se tiver presente a natureza predominantemente sazonal e a estruturação económico-empresarial da actividade TER/TN. Com efeito, cerca de metade dos trabalhadores têm contrato sem prazo, uma percentagem expressiva para actividades em que a sazonalidade da procura delimita, em grande medida, o período de funcionamento pleno dos estabelecimentos. A percentagem nesta tipologia de trabalhadores sem contrato (29,2%, se se considerar o pessoal ao serviço categorizado por tipo de contrato e 25,7%, se se considerar o valor mais elevado do pessoal ao serviço caracterizado pelas habilitações escolares), sugere que estejam incluídos nela os familiares que, embora prestem serviços no estabelecimento de forma regular, não têm qualquer vínculo laboral ao mesmo.

Quadro 29

**Pessoal ao serviço nos estabelecimentos TER/TN, segundo o tipo de contrato no estabelecimento**

	Nº	%		
Com prazo definido	138	13,3	11,7	
Sem prazo	532	51,4	45,3	
Prestação de serviços	42	4,1	3,6	
Estágio	5	0,5	0,4	
Sem contrato	302	29,2	25,7	
Outro	16	1,5	1,4	
<i>Sub-total</i>	<i>1.035</i>	<i>100,0</i>	<i>88,1</i>	
N.e.	141	12,0	-	
<b>Total</b>	<b>1.176</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A este propósito, recorde-se o elevado peso que o tipo familiar e a micro-dimensão do pessoal ao serviço assumem na caracterização da Entidade gestora: 87% tem natureza familiar e 47,8% emprega entre 1 a 2 trabalhadores (cf. Quadro 20). A forte presença do trabalho familiar em muitos estabelecimentos TER/TN, explica que mais de um quinto do pessoal ao serviço nos estabelecimentos seja maioritária ou totalmente não remunerado, enquanto o pessoal remunerado ascende a 77,4% (percentagem calculada face ao total de respostas susceptível de categorização na variável remuneração). O trabalho remunerado tem maior destaque no Algarve e em Lisboa, associado a uma lógica de gestão mais empresarial: nestas regiões, os contratos têm um carácter mais estável, com trabalho maioritariamente a tempo inteiro.

Pessoal ao serviço, segundo o tipo de jornada e de remuneração

Quadro 30

	Nº	% <sup>(*)</sup>	
<b>Tipo de jornada</b>			
Permanente	590	80,6	
Sazonal	142	19,4	
<i>Sub-total</i>	732	100,0	
N.e.	444		
Tempo inteiro	426	60,6	
Tempo parcial	277	39,4	
<i>Sub-total</i>	703	100,0	
N.e.	473		
<b>Remuneração</b>			
Remunerado	736	77,4	
Não remunerado	215	22,6	
N.e.	225	100,0	

(\*) Os cálculos foram efectuados para o conjunto das respostas objecto de categorização (p.e., remuneração/não remuneração), indicando-se em N.e., o volume de não respostas de cada variável.  
Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A estrutura profissional reproduz, no essencial, o modelo de organização do trabalho das unidades de alojamento, isto é, existe um predomínio das funções recepção, quartos, limpeza e administração, ainda que, em inúmeras unidades TER/TN, um mesmo empregado desempenhe mais do que uma função.

Actividades profissionais dos estabelecimentos TER/TN, segundo o nº de estabelecimentos em que são desempenhadas (resposta múltipla)

Quadro 31

	Nº	%	
Cozinheiro	125	28,7	
Empregado de mesa/bar	80	18,4	
Rececionista	218	50,1	
Empregado de quartos	299	68,7	
Copeiro	54	12,4	
Limpeza	312	71,7	
Segurança/Vigilante	41	9,4	
Administrativo	192	44,1	
Jardineiro	178	40,9	
Criador/tratador animais	51	11,7	
Motorista	31	7,1	
Animador cultural/turístico	59	13,6	
N.e.	64	-	N=446

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Em alguns estabelecimentos inquiridos, observa-se um afastamento relativo do perfil de funções/profissões característico do alojamento convencional. Esse afastamento surge reflectido na menor intensidade relativa daquelas funções de suporte e na maior presença de funções ligadas à envolvente do alojamento e ao padrão de actividades e infra-estruturas/equipamentos oferecidos (p.e., jardineiro, criado/tratador de animais e animador cultural/turístico), profissões menos representadas nas estruturas de pessoal das unidades do alojamento convencional.

### 3.8. Dinâmicas de Investimento

A análise da distribuição das várias componentes de investimento revela que o Alojamento e o Terreno concentram a maior parte dos encargos dos estabelecimentos (quer no seu todo, quer na fase inicial de negócio) mostrando que o património dos proprietários tem uma importância decisiva no início da actividade empresarial. Com efeito, os dados assinalam uma composição coerente da estrutura de rubricas de investimento, com a maior parte dos estabelecimentos inquiridos a concentrar recursos na componente de alojamento (55,2%), seguida da infra-estruturação do espaço (terreno) e dos equipamentos de apoio à gestão e da restauração. Os indicadores disponíveis apontam para uma menor presença no investimento inicial dos encargos com factores de competitividade, nomeadamente: (i) marcas, alvarás e patentes (26,2% dos estabelecimentos); (ii) promoção e marketing (18,6%); (iii) estruturas de animação turística (13%); (iv) protecção ambiental e racionalização energética (8,1%); e (v) formação profissional (2,9%).

Quadro 32

**Distribuição dos estabelecimentos TER/TN, segundo as componentes e a fase de investimento (%)**

Componentes	Investimento		
	Inicial	Requalificação	Expansão
Espaço (terreno)	25,6	9,6	1,1
Alojamento	55,2	22,2	6,5
Restauração	17,3	6,3	1,8
Estruturas de animação turística	13,0	5,4	5,4
Equipamentos de apoio à gestão	18,8	6,3	2,2
Protecção ambiental ou racionalização energética	8,1	5,4	2,0
Pontos venda produtos locais	3,1	0,7	0,4
Marcas, alvarás, patentes e licenças	26,2	2,0	1,6
Promoção e Marketing	18,6	8,1	5,2
Formação profissional	2,9	2,2	0,9
Remodelação e conservação da casa	10,3	9,9	9,9

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Quando se analisa a informação empírica referente aos investimentos de requalificação, verifica-se uma relativa estabilidade das componentes de investimento, ainda que acompanhada por uma significativa redução do número de estabelecimentos que investiram nos denominados factores de competitividade do alojamento e dos serviços prestados. Estes dados apontam para um padrão de investimento integrado de partida, ao qual não será alheio o facto de a maior parte dos estabelecimentos que responderam ao Inquérito ter tido início de actividade após 2000 e ter identificado vantagens na combinação de várias componentes de investimento, na relação com os mecanismos de financiamento.



Fonte: Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Em matéria de fontes de financiamento do investimento inicial (resposta múltipla), observa-se a tendência para utilizar recursos próprios (opção referida por 62,3% dos estabelecimentos que responderam ao Inquérito), seguida pelos empréstimos bancários (22%) e pelos sistemas de incentivos, aos quais acederam cerca de 40% dos respondentes.

Fontes de financiamento utilizadas pelos estabelecimentos TER/TN, segundo a fase de investimento

		%
<b>Investimento inicial</b>	Recursos próprios	62,3
	Empréstimo bancário	22,0
	Sistema de Incentivos	38,3
<b>Investimento de requalificação</b>	Recursos próprios	22,2
	Empréstimo bancário	6,5
	Sistema de Incentivos	20,2
<b>Investimento de expansão</b>	Recursos próprios	8,3
	Empréstimo bancário	2,5
	Sistema de Incentivos	19,3

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A análise das fontes de financiamento via instrumentos das políticas públicas, mostra que estes têm expressão, sobretudo, no investimento inicial, destacando-se o papel do financiamento LEADER, indicado por 11,7% dos estabelecimentos, seguindo-se a alguma distância os sistemas de incentivos dirigidos ao investimento das empresas (SIVETUR, SIR, SIME e SIFIT).

Se se considerar, para efeitos de análise, apenas os estabelecimentos TER/TN que recorreram aos sistemas de incentivos, o peso do LEADER surge, naturalmente, reforçado para cerca de 40% (com elevada concentração nas regiões Norte e Centro), justificando uma análise mais detalhada no quadro do Estudo.

Sistemas de incentivos utilizados no financiamento do investimento inicial pelos estabelecimentos TER/TN

Sistemas	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Portugal
LEADER	19	21	0	5	1	3	3	52
SIVETUR	13	13	0	1	5	0	0	32
SIME	7	1	0	2	0	0	1	11
SIPIE	3	0	0	1	0	0	1	5
SIFIT	3	5	1	1	0	1	0	11
SIR	9	5	0	3	0	3	0	20
Outro/Não sabe	16	9	0	5	3	5	2	40
N.e.	110	91	11	38	15	3	7	275
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>145</b>	<b>12</b>	<b>56</b>	<b>24</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>446</b>

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

Este perfil de fontes de financiamento não se altera significativamente quando analisados os investimentos de requalificação e de expansão, embora nessas fases o peso do LEADER se tenha atenuado, em favor dos sistemas de incentivos mais específicos para a actividade turística (SIVETUR e SIFIT) e também do SIR.

### 3.9. Motivações e expectativas de futuro

A actividade “oferta de alojamento TER” tem uma motivação centrada na valorização do património familiar, de acordo com a resposta de dois em cada três dos inquiridos que identificaram os motivos para dar início à actividade TER. Este perfil de resposta acentua-se nos Açores, Madeira e Norte. Se à expressão daquela motivação patrimonial, se acrescentar a manutenção das casas com ocupação, estamos em presença de motivações frequentemente marcadas por uma visão fundada no facto de o alojamento constituir património familiar.

As motivações de raiz económica (às quais se encontram associados requisitos específicos na estruturação de serviços e na organização dos recursos) reportam-se a um número mais limitado de proprietários: 20,6% apontam motivos de ordem empresarial para lançar a actividade; 13,0%, motivos de ordem financeira; e 7% posicionam-se numa óptica de continuidade ao negócio da família. Tendo presente a natureza da questão (admitia resposta múltipla), o ajustamento daquelas percentagens aponta para uma relação aproximada de 20%, com motivação económico-empresarial e 80%, com motivação centrada na valorização/manutenção do património. Em termos regionais, apenas no Algarve e nos Açores, se registam índices mais elevados para as lógicas económico-empresariais, ou seja, valores superiores à média.

**Motivos indicados pelos estabelecimentos TER/TN para o início da actividade**

Quadro 35

	Nº	%
Motivos de ordem empresarial	92	20,6
Motivos de ordem financeira	58	13,0
Continuidade do negócio familiar	31	7,0
Valorizar património familiar	291	65,2
Manter a casa ocupada	153	34,3
Manter-se ocupado	20	4,5

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

A motivação económico-empresarial, por modalidades TER/TN, encontra-se mais presente nas modalidades Hotel Rural, Turismo de Aldeia e Casa-Retiro, embora o Agro-Turismo e as Casas de Campo, também apresentem valores acima da média. Em contrapartida, as modalidades Turismo Rural e Turismo de Habitação encontram-se associadas lógicas de valorização do património familiar, apresentando indicadores de motivação superiores à média.

As perspectivas futuras dos proprietários apontam para níveis elevados de manutenção de actividade (superiores a 90%, sobretudo no Alentejo e nos Açores). Quanto à intenção de expandir actividade, a mesma é manifestada apenas por cerca de 30% dos estabelecimentos que abordou esta questão, com oscilações regionais muito acentuadas em que se destaca, pela positiva, a intenção dos empresários TER do Algarve, do Alentejo e do Centro.

- *Intenção de manter a actividade* ..... 90,5%
- *Intenção de expandir a actividade* ..... 29,4%
- *Intenção de investir nos próximos 2 anos* ..... 35,4%
- *requalificação da oferta* ..... 18,8%
- *aumento da oferta* ..... 9,0%
- *racionalizar a utilização de energia* ..... 5,4%
- *animação turística* ..... 3,4%
- *promoção, marketing* ..... 1,3%
- *formação de pessoal* ..... 0,7%

Relativamente às condicionantes da actividade dos estabelecimentos TER/TN, entre os factores apontados, destacam-se a insuficiência das iniciativas/meios de promoção turística (60,3%) e as limitações da capacidade de alojamento (36,8%). Estas evidências, aliadas ao peso das respostas referentes à cooperação empresarial e ao conhecimento de mercado, apontam para uma maior relevância dos aspectos relativos à envolvente externa (valorização económica) dos estabelecimentos, perante um menor peso dos factores internos (capacidade de alojamento, qualificação dos recursos humanos e acessos aos estabelecimentos). Trata-se de uma relação a equacionar, designadamente na perspectiva da formulação de actuações recomendáveis para estimular o desenvolvimento futuro do TER.

A sazonalidade da actividade (2,5%) e a concorrência de outras unidades (2,7%), assumem relevância residual e são assinaladas apenas como outras razões, remetendo para uma visão positiva dos potenciais de procura dirigido aos estabelecimentos TER/TN.

**Condicionantes à actividade, indicadas pelos estabelecimentos TER/TN, por NUT II (%)**

Quadro 36

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Portugal
Dificuldades de acesso	13,9	12,4	16,7	7,1	4,2	26,7	21,4	12,8
Capacidade limitada de alojamento	28,9	38,6	66,7	41,1	41,7	46,7	57,1	36,8
Baixa qualificação do pessoal	11,7	5,5	0,0	12,5	8,3	13,3	7,1	9,2
Legislação desadequada/burocracia	18,3	23,4	25,0	14,3	50,0	6,7	0,0	20,4
Insuficiência redes de cooperação	21,7	29,0	16,7	21,4	20,8	6,7	21,4	23,3
Promoção turística insuficiente	63,3	70,3	41,7	41,1	45,8	26,7	71,4	60,3
Falta de conhecimento do mercado	19,4	18,6	0,0	10,7	16,7	46,7	42,9	19,1
Sazonalidade da actividade	3,3	2,1	8,3	1,8	0,0	0,0	0,0	2,5
Concorrência de outras casas	2,8	2,8	0,0	5,4	0,0	0,0	0,0	2,7
Desinteresse das entidades públicas	5,6	5,5	8,3	0,0	8,3	0,0	0,0	4,7
Crise económica e preço dos transportes	5,0	4,1	0,0	1,8	0,0	46,7	0,0	5,2

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

As condicionantes associadas à insuficiente promoção são, sobretudo, assinaladas pelas unidades da Madeira, Centro e Norte, enquanto as limitações impostas à capacidade de alojamento são assumidas pelos destinos de maior tradição turística (Lisboa, Madeira e Algarve) e também pelos Açores, uma região onde têm significado igualmente relevante as condições associadas à falta de conhecimento de mercado e ao preço dos transportes.

Na análise por modalidades TER/TN salienta-se, em todas, a insuficiência da promoção turística, seguida das limitações de capacidade de alojamento; as condicionantes associadas à legislação e burocracia adquirem expressão, sobretudo, nas modalidades de turismo de habitação e turismo de aldeia.

Quadro 37

#### Condicionantes à actividade, indicadas pelos estabelecimentos TER/TN, por modalidade (%)

	TR	TH	CC	AT	HR	TA	CA	CR	PCR
Dificuldades de acesso	16,1	11,1	10,4	14,0	7,1	33,3	0,0	0,0	0,0
Capacidade limitada de alojamento	35,4	40,7	39,2	34,0	42,9	0,0	0,0	0,0	66,7
Baixa qualificação do pessoal	9,9	8,6	6,4	16,0	7,1	0,0	100,0	0,0	0,0
Legislação desadequada/burocracia	18,6	34,6	11,2	26,0	7,1	33,3	0,0	50,0	0,0
Insuficiência redes de cooperação	21,7	24,7	24,8	26,0	21,4	66,7	0,0	0,0	0,0
Promoção turística insuficiente	56,5	61,7	68,8	64,0	42,9	66,7	100,0	0,0	33,3
Falta de conhecimento do mercado	16,1	22,2	26,4	12,0	7,1	0,0	0,0	12,5	0,0
Sazonalidade da actividade	4,3	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3
Concorrência de outras casas	3,7	2,5	0,8	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Desinteresse das entidades públicas	6,2	6,2	2,4	2,0	7,1	33,3	0,0	0,0	0,0
Crise económica e preço dos transportes	3,7	6,2	8,0	2,0	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0

Legenda: **TR** – Turismo Rural

**TH** – Turismo de Habitação

**CC** – Casas de Campo

**AT** – Agro-turismo

**HR** – Hotel Rural

**TA** – Turismo de Aldeia;

**CA** – Casas-Abrigo

**CR** – Casas Retiro

**PCR** – Parque de Campismo Rural

Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

No que concerne ao desenvolvimento futuro da actividade, aproximadamente metade das Entidades gestoras de TER/TN não identifica quaisquer medidas. Entre as hipóteses de resposta testadas no Questionário, que combinavam factores internos e externos à unidade TER/TN, a necessidade de apoio para a promoção e divulgação constitui a medida mais referenciada (por 18,4% dos inquiridos).

Quadro 38

#### Medidas indicadas pelos estabelecimentos TER/TN para desenvolver a actividade

	Nº	%
Apoio financeiro	39	8,7
Controlo de clandestinos	9	2,0
Associativismo /Cooperativismo	15	3,4
Melhor legislação	35	7,9
Preservar ambiente	10	2,2
Promoção / Divulgação	82	18,4
Qualidade da oferta	36	8,1
Transporte/ Comunicações	20	4,5
N.e.	200	44,8
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>100,0</b>

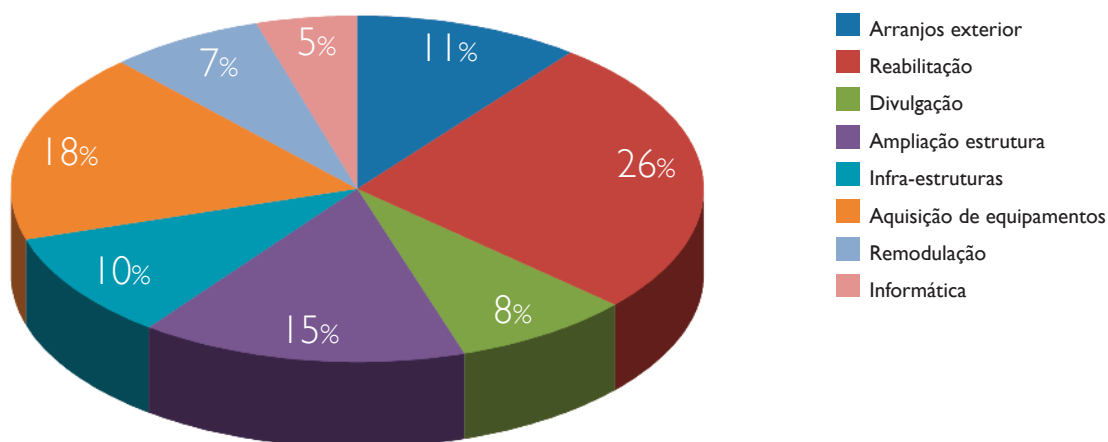
Fonte: Inquérito aos Estabelecimentos no âmbito do Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, IESE, 2008.

O apoio financeiro, a qualificação da oferta e a “desburocratização”, são também aspectos referidos como medidas para o desenvolvimento da actividade turística. Em contrapartida, a preservação do ambiente e a qualidade da oferta não constituem, ainda, preocupações relevantes das Entidades gestoras, na óptica do desenvolvimento das actividades TER/TN.

A análise do papel do financiamento LEADER, na criação e actividade das Unidades TER/TN, refere-se a um conjunto de 58 projectos da iniciativa de entidades beneficiárias que integram a Amostra do Estudo e que tiveram projectos apoiados com enquadramento na tipologia de investimentos TER. Os apoios concedidos entre 2000 e 2007 a estes 58 projectos, ascenderam a 4.592.444,56€ e foram direccionados para actividades turísticas em espaço rural, de acordo com a natureza de projectos ou acções apoiadas. A distribuição dos apoios a estes 58 projectos encontra-se caracterizada no Gráfico seguinte.

Distribuição de Projectos TER apoiados pelo LEADER+ (2000-2007)

Gráfico 12



O domínio de investimentos com maior expressão neste período corresponde à reabilitação do alojamento (26%), que abrange, nomeadamente, a recuperação de casas e a modernização de unidades de alojamento. A aquisição de equipamentos e a ampliação da estrutura, encontram também uma expressão significativa na distribuição do financiamento LEADER+, respectivamente com 18% e 15%. O peso do apoio concedido para acções de arranjos exteriores e para infra-estruturas, nomeadamente de animação turística, evidencia a necessidade ainda sentida pelos responsáveis de estabelecimentos TER em realizar investimentos em domínios de intervenção física no edificado e espaço envolvente.

No entanto, a percentagem de investimentos aprovados para a aquisição de materiais e para projectos de divulgação, bem como os projectos apoiados para a aquisição e/ou renovação de material informático (incluindo a instalação de softwares de gestão e outros sistemas de comunicação), indiciam uma tendência para um novo perfil de apoios procurados, que evolui nesta geração LEADER+, por comparação a gerações anteriores do Programa.

Os montantes de investimento por projecto, assumem valores bastante diversificados, segundo a natureza dos projectos: (i) as componentes da reabilitação e ampliação da estrutura, constituem as duas áreas em que o financiamento LEADER+ comporta valores mais elevados que chegam a atingir 200.000€ por projecto, enquadrando acções de recuperação e/ou adaptação urbanística e construção de edifícios de raiz para apoio ao alojamento já existente; (ii) as acções de promoção e divulgação apoiadas acolheram financiamentos que se situam em valores não superiores a 13.000€ por projecto, quando submetidos exclusivamente para este domínio de apoios.



## Dinâmicas de desenvolvimento do TER associadas à abordagem LEADER

A visão de conjunto das entidades entrevistadas, a partir de um confronto entre potencialidades e constrangimentos do perfil de apoios (financeiros e de dinamização de projectos e iniciativas) do PIC LEADER, é sintetizada na tabela seguinte.

### Elementos de Balanço dos apoios ao TER no âmbito do PIC LEADER+

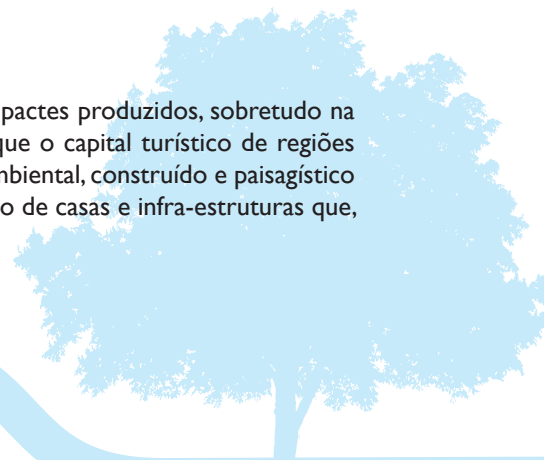
#### Potencialidades

- Capacidade para apoiar projectos de investimento privado, contribuindo para aumentar a oferta de TER em Portugal.
- Credibilidade dos GAL, no acompanhamento rigoroso e permanente dos projectos
- Apoio a uma diversidade de projectos (recuperação urbanística, reconversão patrimonial, equipamentos e infra-estruturas de alojamento e animação turística, ...)
- Criação de espírito de empreendedorismo
- Fomento da empregabilidade em meio rural
- Abordagem próxima e descentralizada, facilitadora da iniciativa empresarial
- Apoio financeiro a projectos não abrangidos por outros instrumentos (p.e., SIPIE e SIVETUR)
- Efeitos visíveis na recuperação de património edificado e na criação de actividades de animação turística
- Criação de proximidade entre técnicos, promotores e população em geral.

#### Debilidades

- Financiamento de projectos com escassas mais valias (económicas e territoriais)
- Falta de sustentabilidade de alguns projectos apoiados (p.e., escala de mercado e leque de serviços oferecidos)
- Falta de visão global e de dinamização de redes (p.e., promoção da conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal e funcionamento em rede de actividades de Turismo de Natureza, nas Áreas Protegidas)
- Falta de apoio dirigido à operacionalidade das redes
- Ausência de estratégias globais, ao nível da ligação entre GAL e entidades sectoriais, como as Regiões de Turismo
- Falta de transparência nas relações entre entidades (órgãos de gestão das ADL, Câmaras Municipais, ...)
- Falta de abrangência na actuação das ADL/GAL
- Falta de ligação em rede e de iniciativas de cooperação entre GAL.

Na perspectiva do TER, o Programa LEADER foi significativo em termos de impactes produzidos, sobretudo na componente de requalificação de património rural. Partindo do princípio de que o capital turístico de regiões marcadamente rurais, é suportado essencialmente por valores patrimoniais – ambiental, construído e paisagístico – deve ser relevada a importância que os financiamentos tiveram na recuperação de casas e infra-estruturas que, de outro modo, prolongariam a sua degradação física e ambiental.



Estudo de Caracterização  
**do Turismo no Espaço Rural  
e do Turismo de Natureza  
em Portugal**

4.

ELEMENTOS DE BALANÇO E RECOMENDAÇÕES





## 4.1. Visão compreensiva

○ Estudo permite salientar elementos de caracterização que, de uma forma geral, tipificam o perfil da oferta actual e as dinâmicas de procura de TER e TN no País, entre os quais se destacam os elementos seguintes:

### ■ Dinâmicas da actividade turística TER/TN

A realidade TER/TN assenta em motivações predominantemente não económico-empresariais, salientando-se as preocupações centradas na valorização do património familiar e na necessidade de manter as casas ocupadas, com rendimento associado. Este padrão de iniciativa tem reflexos na estruturação da oferta de serviços (limitando os efeitos de inserção na actividade económica dos territórios) e na própria organização interna dos estabelecimentos. O panorama global aqui sintetizado não invalida que o universo das unidades TER, nas suas diferentes categorias, tenha vindo a afirmar uma vertente com expressão económica alicerçada na criação de novos estabelecimentos (mais de metade com início de actividade, após 2000), com relevo para as modalidades Casa de Campo e Hotel Rural, em que cerca de metade das unidades da Amostra foram criadas nos últimos quatro anos.

De acordo com os *Relatórios Anuais do Turismo no Espaço Rural*, publicados pelo Turismo de Portugal, I.P., o volume de estabelecimentos aumentou cerca de 18% entre 2002 e 2007, enquanto a capacidade de alojamento, segundo a mesma fonte, cresceu 32,5%, com reflexos no aumento do “número de camas, por alojamento”. O volume de hóspedes por estabelecimento aumentou significativamente ao longo daquele período (acima de 80%), beneficiando da dinâmica da procura de hóspedes nacionais, que mais que duplicou naquele período. Estes indicadores de crescimento do número de estabelecimentos com actividade e da respectiva capacidade/cama, encontram-se reflectidos na Amostra do Estudo, ainda que com valores superiores (+ 57,7% e + 43,6%, respectivamente).

A actividade TER assume uma importância desigual nas estratégias económicas e de rendimento dos proprietários dos estabelecimentos, mas corresponde a mais de 75% do volume de negócios de cerca de um terço dos proprietários que, nas suas estratégias de complementaridade de rendimento, combinam a actividade TER, sobretudo, com as actividades agro-pecuárias, mas também com os serviços de lazer, em situações que reflectem lógicas de actividade/rendimento mais integradas no complexo de actividades do turismo/lazer.

A nível regional, os indicadores disponíveis a partir da Amostra do Estudo apontam para dinâmicas de iniciativa TER (variável capacidade de alojamento) mais acentuadas em regiões com património construído e natural relevante (casos dos Norte, dos Açores e do Centro) e em regiões com tradição de destino turístico (casos do Algarve e da Madeira).

As condições de valorização de mercado são predominantemente atomísticas (divulgação Internet, comercialização directa,...) e a integração em instrumentos de promoção turística regional e em redes de comercialização (*tour-operators*, centrais de reservas,...) é, ainda, incipiente.

### ■ Indicadores de recursos e de actividades

A paleta de serviços proporcionados aos clientes pelas unidades TER/TN, de oferta e gestão própria, evidencia que estamos em presença de um padrão de actividade relativamente mono-centrado na venda do alojamento, sem intersecções relevantes com actividades económicas complementares geradoras de valor económico para as unidades TER/TN. As limitações da oferta de serviços são superadas, em casos pontuais, pelo recurso a entidades externas e a acordos de parceria que viabilizam a utilização de equipamentos mais especializados e a participação/fruição de actividades de animação, bem como de amenidades mais exigentes, as quais são objecto de crescente procura qualificada e que poderiam justificar uma estruturação da oferta de serviços economicamente mais ambiciosas.

Num tecido de iniciativa e actividade caracterizado em muitas dimensões pela informalidade, os níveis de

empresarialidade são baixos, com predomínio dos empresários em nome individual e dos estabelecimentos de natureza familiar. No plano da gestão das unidades, existe uma elevada concentração das funções de gestão no proprietário, ainda que combinada com outras actividades (gestor/empresário, profissional liberal, empresário agrícola,...).

A estrutura profissional dos estabelecimentos reproduz o modelo de organização do trabalho característico das unidades de alojamento, nas quais predominam as funções recepção, quartos, limpeza e administração, caracterizando-se também por elevados níveis de polivalência de cada elemento do pessoal ao serviço. No entanto, constata-se que parte das unidades TER da Amostra se afasta da estrutura profissional do alojamento convencional e integra outras funções associadas à envolvente do alojamento (espaços verdes, animação cultural,...).

Com uma dimensão média de aproximadamente três pessoas por estabelecimento, as unidades TER empregam, sobretudo, activos com habilitações escolares básicas, ainda que uma em cada quatro pessoas ao serviço tenha curso superior.

### **Perfil da procura das actividades TER/TN e práticas dos turistas**

A opção pelo TER/TN encontra-se associada à descoberta do território e ao contacto com a natureza e apresenta um perfil concentrado nos períodos de maior procura tradicional (Verão e Páscoa), com ligeiras oscilações de alargamento, no caso dos estrangeiros.

A clientela TER/TN tem características próprias de procuras consolidadas e com capacidade aquisitiva (meia idade, empregados e profissionais liberais, com habilitação superior, deslocando-se por meios próprios,...). As práticas consolidadas reflectem-se na regularidade de alojamento em estabelecimentos TER, p.e., na unidade em que responderam ao Inquérito (mais de metade dos inquiridos).

O cliente-tipo TER/TN tem níveis de autonomia própria, reflectidos nos meios de escolha do estabelecimento (Internet e visita anterior, representam 60%), na deslocação em viatura própria e na construção de percursos e utilização de equipamentos e amenidades, sem dependência de pacotes pré-configurados.

### **Dinâmicas de investimento e financiamento das unidades TER/TN**

A estrutura de investimento reflecte a relevância das componentes relativas à função básica do TER (o alojamento) tanto no investimento inicial, como nas fases de requalificação e de expansão. Os investimentos de suporte e atracção (infra-estruturação do espaço, restauração e animação turística) constituem as aplicações seguintes.

O investimento em factores de competitividade (recursos de gestão, protecção ambiental, racionalização dos usos da energia e marketing) tem uma expressão limitada que é claramente residual, no caso da formação profissional.

Os recursos próprios constituem a principal fonte de financiamento dos investimentos iniciais e de requalificação, a qual, acrescida do recurso ao crédito, remete para uma acentuada cobertura de responsabilidade própria das operações de investimento, a que não será alheia a existência de poupanças e a detenção de património, na constituição de garantias.

O financiamento através do Programa LEADER tem expressão maioritária no conjunto dos sistemas de incentivos abordados, ainda que utilizado apenas por um em cada oito empresários de unidades TER, de acordo com o Inquérito aos Estabelecimentos.

A análise genérica de dados de execução dos apoios LEADER+ (entre 2002 e 2007) indica a reabilitação do alojamento como o tipo de investimento com maior expressão, abrangendo, nomeadamente, a recuperação de casas e a modernização de unidades de alojamento. A aquisição de equipamentos e a ampliação das estruturas de apoio, constituem as aplicações seguintes. Nesta terceira geração da Iniciativa LEADER, observa-se a emergência de um perfil de procura de ajudas renovado, com aplicações mais qualificadas/especializadas, em que se destaca a aquisição de materiais de divulgação, bem como os projectos para a aquisição e/ou renovação de material informático (incluindo a instalação de softwares de gestão e sistemas de comunicação).

Entre os elementos de balanço que evidenciam a relevância dos apoios LEADER+, destacam-se: a capacidade para apoiar um número substantivo de projectos, contribuindo para aumentar a oferta de TER em Portugal; o apoio a uma diversidade de projectos (recuperação urbanística, reconversão patrimonial, equipamentos e infra-estruturas de alojamento e animação turística, ...); o apoio financeiro a projectos não abrangidos por outros instrumentos (p.e., SIPIE e SIVETUR); o estímulo ao empreendedorismo; e o fomento da empregabilidade em meio rural.

### ■ Padrão de efeitos das unidades e actividades TER/TN

A implantação de actividades TER/TN no espaço rural tem impulsionado efeitos no tecido social e económico local que decorrem das dinâmicas induzidas pelas actividades turísticas e de lazer (em termos territoriais, económicos e de emprego), efeitos associados, sobretudo, a:

- Aproveitamento económico da paisagem natural e construída, baseado em novas actividades que constituem elementos de atractividade de fluxos de visitantes;
- Revitalização económica dos espaços rurais, com novos produtos e serviços, fonte de atracção de fluxos de visitantes;
- Criação de novos empregos e fontes complementares de rendimento.

No padrão de efeitos, haverá ainda que destacar os contributos para a recuperação urbanística e patrimonial, a criação de equipamentos e infra-estruturas de alojamento e animação turística, o estímulo ao empreendedorismo e a recomposição de ofertas turísticas regionais, proporcionando elementos diversificados com interesse para novos segmentos da procura e enriquecendo a atractividade de destinos tradicionais.

No entanto, importa ter presente que modalidades turísticas intrinsecamente dispersas e pouco concentradas, como são o TER/TN, dificilmente podem gerar um efeito motor significativo sobre as economias locais. Qual o limiar de concentração de unidades susceptível de gerar esse efeito de forma competitiva e sustentada? A almejada “gestão estratégica de destinos turísticos” poderá proporcionar contributos qualitativos para responder a este desafio e conferir algum retorno económico ao esforço de investimento público centrado no estímulo à iniciativa privada, um esforço fundado na expectativa de efeitos sócio-territoriais e de desenvolvimento.



## 4.2. Perspectivas de desenvolvimento

O enunciado de perspectivas de desenvolvimento futuro do TER/TN resulta, por um lado, de uma visão construída a partir dos resultados das componentes de inquirição extensiva, estudos de caso e entrevistas realizadas no âmbito do Estudo e, por outro lado, da sistematização de elementos de prospectiva em torno das actividades TER/TN. Numa perspectiva de conjunto, as dinâmicas de actividade do TER/TN têm revelado uma capacidade assinalável para valorizar recursos do património rural – natural, enriquecendo-os com componentes de alojamento (adaptação, requalificação, etc.) e de infraestruturas de lazer e animação que compõem uma oferta susceptível de atrair fluxos de procura caracterizados pela apetência por um produto turístico, que apresenta forte enraizamento nos recursos e nas potencialidades dos territórios de baixa densidade.

O padrão de efeitos identificado (recuperação/qualificação de recursos do património e naturais, com valor económico potencial; a revitalização económica dos espaços rurais, acrescentando valor aos recursos existentes, com a oferta de novos produtos e serviços; criação de emprego e rendimento; ...), estrutura um leque de contributos relevantes para o desenvolvimento local e justifica o esforço das políticas públicas, veiculado pelos instrumentos de financiamento do alojamento e das actividades TER.

Os elementos de análise processados no Estudo evidenciam, no entanto, que as actividades TER/TN têm uma expressão económico-empresarial, ainda limitada a qual se encontra aquém do potencial que podem desempenhar no complexo de actividades Turismo/Lazer, em Portugal. Entre as condicionantes que explicam essa menor expressão económico-empresarial encontram-se:

- *razões internas aos estabelecimentos TER/TN* (motivações de iniciativa e actividade; grau de estruturação de recursos da oferta – infraestruturas, serviços, actividades proporcionadas, ...; estratégias de divulgação e comercialização; dinâmicas de investimento, ...); e
- *razões externas* (procura, tendências de evolução da envolvente territorial dos estabelecimentos; dinâmicas concorrenciais de produtos/ofertas turísticas alternativas; ...).

Aqueles elementos de análise, a par de contributos de natureza prospectiva reflectidos para contextos territoriais em que as actividades TER/TN possuem expressão económica e territorial e beneficiam de uma maior capacidade de estruturação da iniciativa empresarial (alojamento, serviços, actividades complementares, ...), permitem equacionar um cenário de afirmação do Turismo Rural.

Os contornos do Cenário **Turismo Rural em afirmação** tenderiam a otimizar de forma sustentada aspectos adequados à realidade dos recursos de alojamento e actividades existentes e a uma procura turística de base nacional, mas também com um posicionamento que possa captar o turista estrangeiro sofisticado, com capacidade económica e com preocupações ambientais, de integração social e de transculturalidade.

O Cenário é exigente na combinação de políticas de base regional de apoio à valorização das características específicas dos territórios, integrando incentivos à recuperação patrimonial e à criação de uma imagem de modernidade, variáveis contextualizadas pelo funcionamento em redes temáticas ou complementares, utilizando as novas tecnologias de comunicação como porta de saída para o mundo do turismo de nicho, com níveis de exigência mais elevados.

Este modelo misto pressupõe o cumprimento de requisitos técnicos de qualidade estritos para as actividades TER/TN, com garantias proporcionadas pela certificação, da responsabilidade de entidades credíveis. Os alojamentos oferecidos ao mercado, de forma organizada e transparente, têm de dispor de condições compatíveis com a respectiva classificação e especificação, valorizada por uma oferta variada de actividades que acrescentem valor ao produto básico “alojamento e restauração”.

A estruturação gradual de redes que integrem plataformas seguras de promoção e de coordenação das actividades e produtos, bem como de gestão/fidelização da clientela (p.e., existência de passaportes multi-sítios e multi-actividades, utilizados a preços especiais de “pacote”), constitui um instrumento de valorização indispensável em novas abordagens da procura.

Este modelo de organização do alojamento e actividades TER/TN, poderá evoluir para um objectivo mais abrangente, associado à criação de “pólos de excelência rural”, dispondo de uma massa crítica de iniciativas económico-empresariais que permitam combinar recursos diversificados que dêem vida aos territórios, envolvendo a existência de espaços naturais preservados, paisagens diversificadas, patrimónios arquitectónicos e/ou humanos, alojamentos condizentes, restauração de referência, serviços e comércio de proximidade.

A ideia de diversificação de recursos e de valorização dos territórios pode comportar uma nova abordagem dos territórios florestais, na óptica das práticas turísticas e recreativas duráveis que permitam uma adequada valorização do potencial eco-turístico das florestas, subordinada a novas formas de organização e gestão integrada das mesmas<sup>2</sup>.

O relançamento do Programa Nacional de Turismo de Natureza deverá, igualmente, “pressionar” pela positiva a adopção de políticas públicas que favoreçam a “conservação com uso”; ou seja, viabilizando actividades económicas sustentáveis e de elevado valor acrescentado nas quais as actividades turísticas podem revestir especial relevância.



## Actuações Recomendáveis 4.3.

○ Estudo permitiu processar um volume apreciável de informação empírica de caracterização da oferta e da procura de TER/TN, que se considera com potencial de fundamentação técnica para equacionar perspectivas de actuação futura.

Na óptica da racionalização dos processos de transformação de potencialidades em oportunidades, importa desenvolver actuações contextualizadas (estratégicas), com futuro no âmbito do triângulo *competitividade* (do produto e dos destinos), *sustentabilidade* (dos negócios e das bacias de recepção) e *impactes* (nas actividades e sistemas agro-rurais, bem como nos processos de desenvolvimento rural).

O cruzamento dinâmico entre os recursos e potencialidades existentes (nas suas virtualidades, condicionantes e dimensões-problema identificados) e as perspectivas de desenvolvimento futuras (novos segmentos, novos mercados, novas apetências, ...), vai no sentido de valorizar um conjunto de actuações estratégicas que se afiguram indispensáveis na adaptação antecipante a formas de turismo cada vez mais profissionais e competitivas:

- Aprofundamento do triângulo de negócio característico da economia do turismo (Alojamento/ Restauração/ Experiências) o que pressupõe acrescentar às lógicas de estrita venda de camas e refeições, a venda de serviços e actividades e programas;
- Qualificação das unidades TER/TN nas mais diversas dimensões (alojamento e restauração; oferta de serviços e actividades relacionadas; qualidade do serviço e profissionalismo; valorização de identidades territoriais e patrimoniais; ...), atribuindo maior relevância à certificação da qualidade e transformando-a gradualmente como referência padrão para o exercício da actividade;
- Criação de novos instrumentos de governância valorizando a dimensão meso (territorial e sectorial) e respondendo à necessidade de estimular as melhores formas de organização económica na relação com o mercado, especialmente com os segmentos de maior dinâmica das procuras com capacidade aquisitiva.

As **Recomendações**, adiante sistematizadas, procuram combinar *propostas de intervenção centradas em variáveis de contexto* (abrangendo políticas sectoriais e territoriais), com *intervenções orientadas para a qualificação/valorização dos recursos e das actividades TER/TN* (abrangendo a envolvente interna de qualificação dos estabelecimentos, a cooperação para a valorização de mercado e a fixação de competências).

## INTERVENÇÃO CENTRADA EM VARIÁVEIS DE CONTEXTO DAS ACTIVIDADES TER/TN

### (a) Envolvente Territorial do TER/TN

[Condições favorecedoras da transformação do TER/TN numa verdadeira e promissora vocação do espaço rural, susceptível de induzir mais impactos no tecido económico-social dos territórios rurais].

- Fortalecimento das competências colectivas, com estabelecimento de novas formas de governância que permitam de forma autónoma e auto-sustentada desenvolver parcerias e dinâmicas de rede, com criatividade e inovação, profissionalismo e motivação de todos os actores e população em geral, para a concretização dos objectivos de um turismo rural de excelência, susceptível da atribuição do label “Turismo Regional Sustentável”.
- Programação de acções normalizadas de reforço da sinalética dos TER e TN nas estradas nacionais e auto-estradas, associada à indicação de outros pontos ou actividades turísticas de carácter ambiental (percursos de natureza, eco-museus, aldeias históricas, ...).
- Realização de campanhas de promoção assente em parcerias público-privadas específicas e direccionadas a nível internacional para os públicos mais sensibilizados ao TER e TN.
- Promoção e dinamização do TN (p.e., alojamento e actividades de visitação e experientiação nos Parques Naturais e Áreas Protegidas, sob tutela do ICN-B), nomeadamente no quadro da implementação do Programa Nacional de Turismo da Natureza.
- Planeamento de acções e investimentos em infra-estruturas e serviços de apoio ao turismo (de génese não turística), a nível local e supra-local, com vista a ampliar os impactos do TER/TN nas actividades económicas relacionadas e de suporte.
- Dinamização de políticas públicas activas que incentivem algumas regiões a integrar as unidades e actividades TER e TN em parques temáticos ecológicos, parques de natureza ou “business parks” naturais (p.e., no âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva no âmbito do PROVERE).
- Articulação dos estabelecimentos TER e TN com outras entidades e empresas locais, no sentido de criar um modelo virtuoso de desenvolvimento regional (criação de espaços de lazer partilhados e para desenvolver comércio e outras actividades de proximidade), mantendo os territórios vivos e activos.

### (b) Políticas activas

[Ajustamento dos mecanismos de financiamento e de promoção institucional às condicionantes identificadas no âmbito do Estudo (expansão/modernização/ /novas iniciativas de alojamento e actividades TER)].

- (Re)enquadramento dos apoios à diversificação da oferta de novas actividades e serviços, no complexo de actividades turismo/lazer em espaço rural.
- (Re)enquadramento dos apoios à expansão selectiva do alojamento, à qualificação dos estabelecimentos em áreas de suporte e amenidades e à melhoria da atractividade global, no âmbito dos processos de reclassificação em curso.

- Promover a expansão e divulgação a nível nacional e internacional do TER e TN, pensados como actividades-chave para territórios de baixa densidade, associando parcerias público-privadas e associativas, no sentido de criar projectos de desenvolvimento turístico inovadores e sustentáveis no tempo.
- Conceber apoios destinados a assegurar de forma pro-activa a transmissão de propriedades do TER e TN a fim de viabilizar a sua continuidade e sustentar o seu desaparecimento e abandono (cf. experiência e dispositivos da Reforma Antecipada, no âmbito do RURUS, com as necessárias adaptações específicas).
- Apoio à criação de linhas de crédito na Banca comercial pública e privada (cf. experiência francesa via Caisse de Dépôts et Consignations) ou de fundos de investimento a juros a taxas preferenciais ou de capital de risco para a criação ou melhoria do TER e TN.
- Concepção/programação de subvenções públicas parciais com base em planos de negócio simplificados para os investimentos próprios visando a criação de unidades TER e TN (como se faz noutros países, p.e., em França, na ordem dos 15%) para quem dispõe de infra-estruturas e equipamentos em regiões com potencial.
- Organização de concursos ou ofertas promocionais temáticas em TER e TN, com impacto no mercado, da responsabilidade de entidades públicas, privadas ou público-privadas.  
Reestruturação da recolha e tratamento de informação estatística – recenseamento e recolha de dados que permitam caracterizar os recursos e capacidades de oferta e os movimentos da procura turística.

## QUALIFICAÇÃO/VALORIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES TER/TN

### (a) Qualificação da oferta TER/TN

[Aumentar a qualidade da oferta TER/TN e fidelizar/ /potenciar a procura e consolidar destinos turísticos].

- Certificação criteriosa das unidades de alojamento da responsabilidade de Associações Inter-profissionais e de regulação pública, como elemento de aferição da qualidade e como referência para aceder a apoios públicos (financeiros e outros).
- Clarificação dos procedimentos de certificação dos estabelecimentos e estímulo à adopção dos mesmos como instrumento de qualificação da oferta TER/TN, evoluindo gradualmente para requisito a contemplar no preenchimento das condições de acesso a ajudas públicas.
- Aposta na inovação para a diferenciação da oferta e da imagem do produto, com segmentação para atingir procuras diferenciadas (famílias, desportistas, terceira idade, ambientalistas, casais recentes, grupos profissionais, etc.).
- Enquadramento dos novos licenciamentos de Unidades TER/TN num caderno de normas/recomendações de investimento que, a par dos requisitos regulamentares, valorize a oferta de serviços e actividades relacionadas, a sustentabilidade económica e ambiental e a integração de mercado.
- Classificação dos TER e TN, individualmente ou através das redes em que estão envolvidos, permitindo ao público ter uma percepção clara do nível de serviço oferecido, do preço praticado e dos apoios ao nível da animação e de actividades proporcionadas, bem como da utilização de instrumentos de fidelização (passaportes, cartões de utilizador frequente, etc.).
- Adesão a “labels” diferenciados e caracterizados (Marcas registadas ao nível nacional ou internacional), em que se filiassem os diferentes tipos de TER e TN, com acreditação das suas especificidades e dos serviços prestados (cf. projecto Nattitude [www.auvergne-tourisme.info/](http://www.auvergne-tourisme.info/)).
- Adopção de novas formas de organização em rede que contribuam para melhorar a rentabilidade e a sustentabilidade económica das unidades TER/TN, contemplando a sua integração distintiva em estratégias de promoção do turismo convencional, nomeadamente em cadeias internacionais.
- Comercialização dos produtos TER e TN através também das entidades locais ou regionais de coordenação turística, transformadas em plataformas público-privadas com pessoal capaz de intermediar eficientemente neste mercado.
- Promoção individual ou das redes em catálogos de agências de viagem e de sites especializados em TER e TN, para terem dimensão e capacidade de negociação e chegarem a mercados mais vastos de forma consistente.
- Partilha de clientes e de actividades TER/TN com outras ofertas regionais (eco-resorts, hotelaria tradicional, ...), salvaguardada a compatibilidade com os critérios de qualidade, serviço e objectivos.
- Organização de actividades lúdicas de carácter rural que os ambientes urbanos uniformizados e despersonalizados perderam (bailes, jogos e festas da aldeia, exploração de tradições, etc.) em que existe um maior intercâmbio e convívio entre as pessoas.



- Organização logística e de conteúdos da visitação dos Parques Naturais, valorizando o conhecimento (científico e de terreno) de técnicos e vigilantes e concebendo materiais de uso técnico-científico e lúdico, susceptíveis de proporcionar receitas.

**(b) Redes de cooperação**

[Modalidades de promoção – instrumentos e mecanismos de comunicação integrados territorialmente e/ou por modalidades]

- Desenvolvimento da capacidade de organização para a negociação e afirmação dos operadores no terreno ou das suas redes junto dos prescritores, numa organização mais racional, permitindo ganhar novos públicos que são mais resistentes à marcação directa e *on-line* e que exija apoios logísticos locais.
- Criação de centrais de reservas locais ou regionais nas redes que possam operar neste mercado em conjugação com outros actores turísticos, como restauração, turismo patrimonial/monumental e ou de descoberta económica, turismo de acção, etc.
- Criação de “franchises” (ou sub-redes) no sentido de proporcionarem imagens idênticas e certificadas (p.e., Qualidade Turismo) de certo produto “Turismo em Espaço Rural ou Turismo de Natureza”, dispondo de idênticas características no tipo de serviço oferecido e nas condições existentes.
- Formulação de políticas de captação de clientela TER/TN em articulação com os operadores que possuem maior poder de dominação de mercado na atracção de turistas estrangeiros, nomeadamente para Lisboa, Madeira e Algarve. Essa articulação contribuiria para o redireccionamento da procura para actividades TER/TN atenuando os efeitos de sazonalidade, com vantagem para a sustentabilidade económica de conjunto.

**(c) Formação de competências e Empregabilidade**

[Qualificar o serviço prestado/ /necessidades de formação e soluções inovadoras de emprego]

- Diagnóstico de necessidades e avaliação de capacidade de resposta das entidades com responsabilidades na área da educação/formação, a nível regional.
- Aposta na formação ao longo da vida para criar a massa crítica no sector do TER e TN que permita um processo de inovação permanente, para combater as ameaças da sua massificação.
- Promoção da empregabilidade no sector do TER/TN (apoios à gestão/integração em programas de promoção das qualificações especializadas e do emprego).
- Criação de um perfil de animador de rede de TER ou TN, com um modelo de formação adequada e formas de garantir a sua aprendizagem ao longo da vida.
- Mutualização dos empregos nas organizações locais ou regionais de turismo ou das redes, em parcerias público-privadas, permitindo o agrupamento de competências, que podem ser utilizadas de forma flexível, pelos operadores de TER e TN (desde tarefas sofisticadas tipo gestor de sistemas informáticos, gestores de produto de marketing, a actividades exigindo menos competências profissionais, como serviços de apoio e de limpeza, etc.).
- Estímulo e organização da participação de reformados semi-activos, em regime semi-profissionalizado ou de voluntariado, em actividades diversas de apoio ao TER e TN (p.e., animação e acompanhamento em visitas turísticas e percursos de natureza).



Av. Afonso Costa N.º3, 1949-002 Lisboa - Portugal  
Telf.: (+351) 21 844 22 00 Fax: (+351) 21 844 22 02  
E-mail: [dgadr@dgadript](mailto:dgadr@dgadript)

Estudo realizado por:



Promovido por:



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas

DGADR  
Direcção-Geral  
de Agricultura e  
Desenvolvimento Rural



Com a colaboração:

